



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS - CFCH
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL - ESS

JESSIKA LOPES DE OLIVEIRA

NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO E SERVIÇO SOCIAL:
UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

Rio de Janeiro

2021

JESSIKA LOPES DE OLIVEIRA

NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO E SERVIÇO SOCIAL:
UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço
Social da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como pré-requisito
para a obtenção do grau de Bacharel
em Serviço Social.

Orientadora: Tatiana Brettas

Rio de Janeiro
2021

JESSIKA LOPES DE OLIVEIRA

NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO E SERVIÇO SOCIAL:
UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Serviço
Social da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como pré-requisito
para a obtenção do grau de Bacharel
em Serviço Social.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2021.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Brettas (orientadora)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof^ª. Dr^ª Marina Machado de Magalhães Gouvêa

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof^ª. M^ª. Eliane Lopes Werneck de Andrade

Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta como temática central a discussão que relaciona o neoconservadorismo religioso e Serviço Social, tomando como base a aproximação destes elementos no contexto neoliberal. O trabalho tem por objetivo analisar os impactos do avanço do neoconservadorismo religioso no Serviço Social no contexto do neoliberalismo no Brasil. A investigação que norteia o trabalho se deu através de levantamento bibliográfico, o que permitiu uma análise à luz da perspectiva do materialismo histórico e crítica-dialética. Ao decorrer do trabalho foram trabalhadas questões históricas elementares para tratar o processo do surgimento ao redirecionamento profissional dentro da categoria, consideradas como base para uma compreensão geral do tema, assim como um resgate histórico referente à doutrina econômica neoliberal e sua imbricação ao conservadorismo religioso, trazendo como pano de fundo o fenômeno neopentecostal e o protagonismo das instituições evangélicas em pautas políticas e sociais. Trazendo o debate para a conjuntura atual, o trabalho se debruça na compreensão das tensões existentes entre a perspectiva religiosa e a perspectiva crítica no Serviço Social. Palavras-chave: Serviço Social; Neoconservadorismo religioso; Neoliberalismo; Neopentecostalismo; Projetos de disputa.

ABSTRACT

The current dissertation presents as its central theme the discussion that relates religious neoconservatism and Social Work, based on the approximation of these elements in the neoliberal context. The work aims to analyze the impacts of the advance of religious neoconservatism on Social Work in the context of neoliberalism in Brazil. The investigation that guides the work was carried out through a bibliographical survey, which allowed an analysis from the perspective of historical materialism and dialectical-critique. During the work, elementary historical issues were worked on to deal with the process from emergence to professional redirection within the category, considered as a basis for a general understanding of the theme, as well as a historical rescue regarding the neoliberal economic doctrine and its imbrication to religious conservatism, bringing as a background the neo-Pentecostal phenomenon and the protagonism of evangelical institutions in political and social agendas. Bringing the debate to the current situation, the work focuses on understanding the existing tensions between the religious perspective and the critical perspective in Social Work. Keywords: Social Work; Religious Neoconservatism; Neoliberalism; Neo-Pentecostalism; Dispute projects.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: DAS REQUISIÇÕES INICIAIS AO AMADURECIMENTO PROFISSIONAL	10
2.1 Enfrentamento da Questão Social no Brasil: o Serviço Social entra em cena	10
2.2 Serviço Social e a intenção de ruptura com a lógica conservadora na profissão	22
2.1.2 Elementos conjunturais expressos nos Códigos de Ética do Serviço Social	30
3 INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NO CONSERVADORISMO RELIGIOSO ..	34
3.1 Elementos do conservadorismo religioso evangélico e suas pautas sociais	34
3.2 Neoliberalismo e sua relação com o neopentecostalismo.....	43
4. PROJETOS DE DISPUTA ATUAL NO SERVIÇO SOCIAL: PERSPECTIVA RELIGIOSA X PERSPECTIVA CRÍTICA	49
4.1 Neoconservadorismo religioso e suas pautas sociais	49
4.2 Impactos do dever ser religioso no Serviço Social atual	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

1. INTRODUÇÃO

O neoconservadorismo religioso no Serviço Social vem ganhando força na conjuntura atual e tem registrado desafios novos, enquanto produtos da contemporaneidade, mas também tem reatualizado desafios preexistentes no interior da categoria profissional, acirrados no contexto neoliberal.

A importância de trazer à tona tal debate deve-se ao fato de sua atualidade enquanto fenômeno contemporâneo, combinando consequências especialmente de ordem econômica e religiosa, a partir dos desdobramentos de caráter neoliberal e neopentecostal e que acirram contradições intrínsecas ao sistema capitalista, principalmente na América Latina. Outro fator considerado pertinente para o desenvolvimento do tema relaciona-se ao crescimento desenfreado das instituições evangélicas neopentecostais. Segundo um artigo publicado pelo Instituto Tricontinental, o censo oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) registrou que em 1990 as igrejas evangélicas contavam com 9% da população. Em 2000 esse número subiu para 15,4% e em 2010 aumentou para 22,2%. Ademais, o artigo indica que as projeções para o censo de 2020 apontam uma participação de 30% da população denominada evangélica e para 2030 as projeções chegam a quase 40%, ano em que a igreja católica possivelmente perderia a sua maioria, de acordo com a pesquisa referenciada.

Vale destacar que, dentre os evangélicos, as igrejas pentecostais são as que concentram o maior número de fiéis. Com base nos dados divulgados pelo Tricontinental, em 2016, do total de 42,2 milhões de evangélicos, cerca de 7,7 milhões eram de igrejas protestantes históricas (4,1% da população brasileira), enquanto as igrejas pentecostais contavam com 25,4 milhões (13,5% da população). Os 9,2 milhões de evangélicos restantes eram de vertente não identificada (4,9% da população).¹ É preciso considerar também que este crescimento tem fortalecido uma maior inserção na política brasileira, o que tem subsidiado o avanço de uma agenda religiosa sobre diversos temas de caráter laico e em áreas sociais, como a área da assistência.

Sendo assim, torna-se relevante compreender as implicações da conjuntura atual para o Serviço Social, o qual já tem sentido diretamente os efeitos da política neoliberal, notadamente desde 2016, por se tratar de uma profissão inscrita na divisão sociotécnica

¹ Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-crescimento-pentecostal-e-os-desafios-para-o-campo-popular/>

do trabalho, situada no processo de reprodução das relações sociais e por ser uma categoria que apresenta em seu Projeto Ético-Político o compromisso com a luta da classe trabalhadora em um sentido emancipatório. Para além dos efeitos econômicos que têm penalizado os interesses da classe trabalhadora, a imbricação de fenômenos políticos e religiosos, tem criado condições para a reatualização do conservadorismo já presente no interior do Serviço Social. Esta reatualização propicia novos processos que vão ao encontro da refilantropização das ações profissionais em uma perspectiva moralista e individualista, ao fortalecimento de movimentos contra hegemônicos conservadores e ao enfraquecimento dos avanços teóricos e políticos da categoria, sedimentado sob o viés religioso que expressa fenômenos como negacionismo científico e sociológico (negação da luta de classes), irracionalismo, guerra permanente e outras consequências negativas da fusão entre neoliberalismo e neopentecostalismo no Brasil.

A minha aproximação com o tema que envolve discussões sobre ações das igrejas neopentecostais relaciona-se primeiramente à minha experiência anterior à inserção acadêmica, em uma trajetória pessoal que me permitiu frequentar tais instituições religiosas e compreender seu funcionamento interno. A partir da minha ruptura com a ligação religiosa, nutri o interesse de compreender a temática da religião, com recorte nas ações das instituições evangélicas, a partir de uma perspectiva crítica por meio do materialismo histórico e dialético. No início da graduação em Serviço Social tive a oportunidade de me inserir em um projeto de pesquisa intitulado “Estratégias de Administração da pobreza no Rio de Janeiro na gestão Marcelo Crivella”, sob coordenação da professora Alejandra Pastorini, que me permitiu analisar as expressões religiosas na área de assistência através da gestão do ex-prefeito do município do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, assim como o crescimento das instituições neopentecostais e seus desdobramentos políticos. Dessa forma, por dois anos solidifiquei uma relação com o tema que me permitiu um olhar mais atento para tal questão no processo de estágio na área da saúde, ao verificar a existência do setor de capelania evangélica na instituição com autonomia administrativa para suas ações e a presença de tensão com alguns assistentes sociais locais.

Durante o meu processo de estágio, pude realizar algumas ações de caráter investigativo para um aprofundamento das dinâmicas que permeavam as ações de assistência religiosa pela capelania dentro e fora da instituição, como entrevistas com capelãs e capelãos, participação em palestras sobre o tema e entrevistas com assistentes sociais e suas percepções críticas sobre a atuação da capelania e suas implicações para a

profissão. A partir de tais elementos, verificou-se, entre outros desdobramentos, o avanço do protagonismo evangélico na capelania, tal como a inserção da mesma em espaços públicos; registrou-se episódios de intolerância religiosa com bases nos critérios religiosos para doação de itens básicos de subsistência; avanço ideológico do olhar assistencialista para a área da assistência social; a utilização da assistência religiosa para fins de doutrinação dogmática e ausência de registro de informações importantes para uma pesquisa aprofundada sobre capelania.

A partir de tais constatações, a princípio considerou-se a possibilidade de realizar uma investigação sobre capelania como objeto do trabalho de conclusão de curso, porém, devido à escassez de referências bibliográficas sobre o tema que pudessem dar conta da relação entre capelania e Serviço Social, o trabalho foi reorientado para articular a temática religiosa com a profissão de modo mais abrangente.

Dessa forma, o trabalho em questão tem como objetivo geral analisar os impactos do avanço do neoconservadorismo religioso no Serviço Social no contexto do neoliberalismo no Brasil e como objetivos específicos: resgatar o processo histórico do enfrentamento da questão social e suas expressões por parte do Estado brasileiro; estudar o processo de intenção de ruptura do Serviço Social com a lógica conservadora da profissão; investigar a relação entre o neoliberalismo e o conservadorismo religioso; indicar elementos do neoliberalismo para análise do crescimento de instituições evangélicas e apontar os movimentos do neoconservadorismo religioso na profissão.

A metodologia definida para a construção do debate consistiu em levantamento bibliográfico, tendo como principais autoras e autores José Paulo Netto e Marilda Yamamoto para dar conta do processo de surgimento e renovação do Serviço Social brasileiro e Beatriz Paiva para pensar as mudanças nos códigos de ética da profissão. Referenciamos Ronaldo Almeida e Christina Vital como destaques para construir uma reflexão sobre neoconservadorismo religioso e a expansão política dos evangélicos e Tatiana Brettas e Luiz Filgueiras em evidência como referências teóricas sobre o processo neoliberal no Brasil e Ruy Mauro Marini para complementação da discussão do desenvolvimentismo. No terceiro capítulo destacamos contribuições referenciais de, entre outros autores, Maria Lúcia Barroco, Paulo Pinheiro e Dayane Silva, o que nos permitiu tecer considerações sobre o neoconservadorismo e seu impacto no dever ser profissional do Serviço Social.

Tecendo uma reflexão crítica do processo de trabalho, esperava-se abarcar mais elementos que contribuiriam para a reflexão proposta, em relação ao crescimento das instituições evangélicas no Brasil e os impactos políticos e sociais das ações da Bancada Evangélica de forma mais profunda. Considera-se que os elementos citados não foram alcançados a priori por constituir um desafio sem possibilidades concretas de efetivação no momento, mas permanecendo como objeto de interesse para uma pesquisa posterior. Desta forma, o trabalho ateu-se a categorias como: Questão Social, Serviço Social, Desenvolvimentismo, Conservadorismo, Renovação, Fundamentalismo Religioso e Neoliberalismo para pensar a realidade escolhida.

Sendo assim, o primeiro capítulo apresenta um resgate histórico do Serviço Social no Brasil, trazendo elementos como: emergência do Serviço Social como profissão, aprofundamento entre questão social e Serviço Social e contextualização da teoria desenvolvimentista no país. O capítulo discute ainda, o processo de intenção de ruptura da profissão com a lógica conservadora, pautando-se em seu processo histórico nos anos 1960 a 1980. O segundo capítulo busca pontuar os elementos que relacionam o neoliberalismo com o viés religioso evangélico, descrevendo o processo de implementação da agenda evangélica no cenário político brasileiro e apresentando seus desdobramentos no debate público. Por fim, o último capítulo busca compreender os projetos de disputa atual no Serviço Social e seus debates no interior da categoria. O capítulo visa ainda, apreender como a conjuntura atual influencia esses projetos em tensão.

A partir de tais apontamentos, espera-se que o presente estudo introdutório contribua para o debate em questão fornecendo elementos de reflexão para se pensar os desafios postos para o Serviço Social na atualidade, os possíveis indícios de retrocesso para a categoria, seus potenciais de luta contra o neoconservadorismo religioso e as tendenciais implicações para sua atuação.

2 SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: DAS REQUISIÇÕES INICIAIS AO AMADURECIMENTO PROFISSIONAL

2.1 Enfrentamento da Questão Social no Brasil: o Serviço Social entra em cena

É consensual entre os estudiosos da área, que o surgimento do Serviço Social no Brasil, na década de 1930, tem sua origem nas problemáticas inerentes à própria dinâmica do modo de produção capitalista, que vão se desenvolver no plano nacional a partir do final do século XIX. O contexto de dependência estrangeira, a influência de acontecimentos internacionais, somadas aos problemas internos, como a escravidão, a exploração e miséria acentuada da classe operária assalariada nascente e a imigração, incidem diretamente sobre a formação social e econômica do Brasil, resultando em consequências dramáticas e inquirindo uma intervenção estatal.

Conforme indicam Yamamoto e Carvalho (2006), é a partir dos anos de 1920, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, que surgem as denominadas “protoformas” do Serviço Social, ou seja, os grupos pioneiros em ações sociais ligados à Igreja Católica no Brasil, mas que não necessariamente indicam o surgimento da profissão. Vejamos:

(...) O que se poderia considerar como protoformas do Serviço Social, como hoje é entendido, tem sua base nas obras e instituições que começam a “brotar” após o fim da Primeira Guerra Mundial.

Caracteriza esse momento, no plano externo, o surgimento da primeira nação socialista e a efervescência do Movimento Popular Operário em toda a Europa. O tratado de Versailes procura estatuir internacionalmente uma nova política social mais compreensiva relativamente à classe operária. É também um momento em que surgem e se multiplicam na Europa as Escolas de Serviço Social. No plano interno, como foi visto, os grandes movimentos operários de 1917 a 1921 tornaram patente para a sociedade a existência da “questão social” e da necessidade de procurar soluções para resolvê-la, senão minorá-la.

As instituições assistenciais que surgem nesse momento, como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, possuem já – não apenas no nível da retórica – uma diferenciação em face das atividades tradicionais de caridade. Desde o início são obras que envolvem de forma mais direta e ampla os nomes das famílias que integram a burguesia paulista e carioca e, às vezes, a própria militância de seus elementos femininos. Possuem um aporte de recursos e potencial de contatos em termo de Estado que lhes possibilita o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica.

O surgimento dessas instituições se dá dentro da primeira fase do movimento de (reação católica), da divulgação do pensamento social da Igreja e da formação das bases organizacionais e doutrinárias do apostolado laico. Têm em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere à menores e mulheres. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, p. 166-167)

As organizações e ações confessionais de caráter filantrópico na década de 1920 em terras brasileiras, marcam a tentativa de retomada de influência pela Igreja Católica, prejudicada pela secularização societária, no contexto de disseminação ideológica liberal e outra de traço comunista, o que a leva a se colocar como uma opção de terceira via, pregando a reforma social baseada nas concepções cristãs, como o Tomismo.

Salvo suas particularidades históricas e sociais em cada contexto onde tem atuado, a literatura aponta que a postura da Igreja Católica no Brasil não é inédita na história, sendo um desdobramento latino-americano de uma experiência similar e anterior no contexto europeu, que acontece em meados do século XIX. Aguiar (1982) retrata que a necessidade interventiva da Igreja sobre a embrionária problemática social europeia, em decorrência do desenvolvimento capitalista, baseava-se em questões religiosas, centradas na pessoa humana e no ‘bem comum’ dentro de uma perspectiva conservadora e não questionadora da reprodução econômica e social vigentes. O autor aponta que é na construção deste processo que o Papa da época, Leão XIII, apesar de apontar a importância da intervenção do Estado, fortalece o discurso da necessidade do protagonismo da Igreja e da religião para resolução dos problemas sociais vivenciados, ancorados na retomada das ideias de Santo Tomás de Aquino, o neotomismo, que virá a influenciar a construção do Serviço Social brasileiro no século seguinte. Cabe lembrar que este é um processo em que a soberania da Igreja Católica está em xeque sob muitos aspectos, na realidade do pós Iluminismo.

Conforme registrado, o Tomismo pode ser caracterizado enquanto uma doutrina filosófica cristã, sendo elaborada por Tomás de Aquino, dominicano estudioso de Aristóteles, que se debruça sobre as relações entre as verdades reveladas e a filosofia, ou seja, entre a fé e a razão no século XII depois de Cristo. Para Santo Tomás, Deus, que é a fonte de todos os seres humanos, deve ser a primeira realidade explicada, seguido pela análise do ser humano, única espécie terrestre que possui duas substâncias incompletas: corpo e alma, em sua concepção. (AGUIAR, 1982, p. 41). Aquino evidencia a capacidade racional dos seres humanos, compreendo-o como uma prova de perfeição divina, que em sociedade, devem trabalhar em uma perspectiva de construção do bem comum aliado ao Estado, instituição que deve sujeitar-se à Igreja, representante supremo da vontade divina. (AGUIAR, 1982, p. 43).

É a partir do resgate deste conceito, que a Igreja Católica do século XIX, amparada pelas “concepções filosóficas assentadas no neotomismo, a partir das quais consagrava valores abstratos e metafísicos como “bem comum” e “pessoa humana.”” (PAIVA, 2008

p. 159), vai procurar responder às problemáticas da “questão social”, preconizando a conciliação de classes e influenciando fortemente o início do Serviço Social no Brasil no século seguinte.

Por – “questão social”² – pode-se compreender o

Conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente ligada ao conflito entre o capital e o trabalho. (NETTO, 1992, p. 13).

Ainda, segundo Iamamoto e Carvalho:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhistas específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO E CARVALHO, 2008, p. 168).

É durante o século XIX, mais precisamente por volta de 1830, que surge pela primeira vez na história, o termo “questão social”, para dar conta do fenômeno inédito imposto pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista: o crescimento exacerbado da miséria da classe operária em razão direta à desenfreada acumulação de capital por parte da classe burguesa, configurando assim, o conflito entre o capital e o trabalho. Segundo Netto, “(...) a “questão social” se põe logo nos primeiros momentos da Revolução Industrial; Marx confronta-se com ela, teórica e politicamente, ainda no espaço do capitalismo concorrencial (...)”. (NETTO, 1989, p. 90). Contudo, é apenas na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, a saber, entre o fim do século XIX e o início do século XX que o Estado passa a atuar sobre a “questão social” para além da repressão e caridade, à medida que a classe trabalhadora reconhece suas demandas e as reivindica.

No Brasil, a “questão social” surge a partir das contradições mencionadas anteriormente, na complexidade do processo de industrialização nacional e a constituição

^{2 2} José Paulo Netto (2001) passou a utilizar este termo com aspas ao identificar através de sua perspectiva revolucionária a origem conservadora de tal expressão, que compreendia o fenômeno do pauperismo no cenário europeu como um desdobramento próprio da ordem social, portanto, natural, ineliminável.

da classe operária, gerando tensões de interesses a partir da dinâmica indissociável da lógica capitalista, a saber: a apropriação privada dos meios de produção por parte da classe burguesa, a extração da mais-valia, ou seja, lucro sobre o trabalho não pago, o acúmulo de excedente, a criação do exército industrial de reserva, prolongamento da jornada de trabalho, o aumento populacional do lumpemproletariado³, entre outros, resultando na formação do conflito capital versus trabalho, categorias formuladas por Marx.

À medida que a classe trabalhadora passa a se organizar e a reivindicar seus interesses, O Estado toma para si o protagonismo das expressões da “questão social”, como por exemplo: pauperismo, violência, desemprego, fome, racismo, etc. Essa situação, ao ameaçar os interesses da classe dominante, passa a ser administrada através do Estado não de forma neutra, mas de forma controladora para reprimir as lutas que se davam sobretudo, na área urbana, em decorrência de concentração fabril. Dessa forma, o Serviço Social é requisitado para controlar os “desajustados”, numa perspectiva disciplinadora para manutenção da ordem e dos interesses empresariais.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2006), é na década de 1940 que a profissão se legitima e se institucionaliza, através de sua requisição pelo Estado para intervenção nas expressões da “questão social”, inserindo-se na divisão sociotécnica do trabalho, mas num sentido linear, de continuidade entre a fase confessional e institucionalizado da profissão:

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicado [...]. Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológicas encontram-se na doutrina social da Igreja. Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo. Se esta é a fonte legitimadora da formação desse profissional nos seus primórdios, ela não se choca com o crescente aproveitamento e cooptação desse agente pelo aparato de Estado e pelo empresariado, que progressivamente vão atribuindo novas determinações à legitimidade e institucionalização do Serviço Social. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006, p. 83).

Netto (1996) traz uma perspectiva diferente sobre essa relação entre as protoformas do Serviço Social e sua legitimação:

³ Termo de origem marxiana, para designar a população abaixo do subproletariado.

Não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas, concretizada com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, independentemente das protoformas, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho. (NETTO, 1996, p. 73).

Como pode-se apreender através das produções teóricas do Serviço Social, a legitimação e profissionalização do Serviço Social só é possível no contexto do capitalismo monopolista, em que o Estado é inquirido a intervir na “questão social” e, conforme indicação teórica, não deve ser considerada como uma evolução filantrópica, pois

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia nem à organização da caridade, vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular juridicamente caucionada e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza, se indenpendetiza de confessionalíssimos e/ou particularismos. A emergência profissional do Serviço Social é, em termos históricos universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social. (NETTO, 1992, p. 73-74).

Em consonância com a concepção indicada anteriormente por Netto, compreende-se que o Serviço Social é fruto do capitalismo monopolista, que sucede o capitalismo concorrencial

“articulando o fenômeno global que, especialmente a partir de estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o estágio imperialista. E é também consensual que “o período do imperialismo clássico [situa-se] entre 1890 e 1940. (Mandel, 1976, 3:325 apud NETTO, 1992, p. 19).

De modo conciso, Netto compreende o capitalismo monopolista (ou financeiro) enquanto um modelo econômico que tem como objetivo principal “viabilizar o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 1992, p. 20) através de por exemplo, formação das grandes reservas de capitais, domínio da indústria pelas inversões bancárias, a formação das grandes reservas de capitais, só para ilustrar alguns.

Segundo este autor, o capitalismo monopolista recrudescer as contradições inerentes à esse modo de produção, permitindo assim, a perpetuação dos mecanismos de exploração e alienação da força de trabalho da classe trabalhadora.

O Estado que busca intervir na “questão social” então, é o Estado “capturado pela lógica do capital monopolista”, que irá atuar para organizar a economia e administrar os ciclos de crise. Netto resgata em Marx a definição do Estado enquanto “comitê executivo da burguesia”, agora monopolista (NETTO, 1992, p. 26).

Retomando a definição do Serviço Social, pode-se caracterizá-lo enquanto “uma especialização do trabalho coletivo no quadro do desenvolvimento capitalista industrial e de livre expansão urbana” (IAMAMOTO, 2008, p. 167) no processo de industrialização restringida no Brasil, conhecido como nacional-desenvolvimentismo, a partir do governo de Getúlio Vargas. O desenvolvimentismo no Brasil teve como objetivo

(...) tornar a economia nacional em algo mais sofisticada do que uma simples fornecedora de produtos primários para o mercado internacional. Libertar o país da dependência da agricultura e torná-lo uma nação industrializada não seria uma tarefa fácil, nem rápida, mas até certo ponto, tal pretensão foi alcançada. O período desenvolvimentista costuma ser dividido em i) industrialização restringida (1933 – 1955) e ii) industrialização pesada (1955 – 1980). (ALBURQUERQUE, 2015, p.2)

Em 15 de fevereiro de 1936, é fundada em São Paulo a primeira Escola de Serviço Social, tendo origem no Centro de Estudos e Ação Social – o CEAS. Nas palavras de Aguiar (1982, p. 29) “O centro surge de um grupo de moças preocupadas com a questão social e que participaram ativamente no Curso de Formação Social organizado pelas cónegas regulares de Santo Agostinho, em 1932”. O CEAS será responsável por desenvolver ações católicas na compreensão de uma intervenção social. Em 1937, a segunda Escola de Serviço Social é inaugurada no Rio de Janeiro pelo Cardeal Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima.

A formação da época preocupava-se com as áreas científica, técnica, prática e pessoal, de acordo com a lógica desenvolvida:

A formação científica se dará através das disciplinas científicas como a Sociologia, Psicologia e Biologia e também da moral. E deve proporcionar um conhecimento “exato do homem e da sociedade, de todos os problemas que dele se originam e neles se refletem”, bem como dar-lhes condições para que possam utilizar o saber recebido como instrumentos de trabalho. A formação técnica é a formação específica do Assistente Social. Consiste no estudo das teorias do Serviço Social então existentes e sua adaptação à nossa

realidade. O Assistente Social deve combater os desajustamentos individuais e coletivos. Daí a formação técnica ensinar “como” fazê-lo. É a formação técnica que vai dar, ao Assistente Social, conhecimento sobre o Serviço Social e dar-lhes condições de colocá-lo em prática. A formação técnica compreende o estudo da natureza do Serviço Social, noções de técnicas auxiliares e da moral profissional.

A formação prática é a aprendizagem do “como fazer” na realidade das diferentes instituições com que os futuros Assistentes Sociais mantinham contato. No final da década de 40 é que começam as organizações de estágios. Nadir Kfoury, no 2º congresso Pan-Americano, em 1949, afirmou: “De início a parte prática girava exclusivamente em torno de visitas realizadas a obras sociais e a famílias necessitadas. Atualmente percebe-se que a preocupação maior, para bom número de escolas, reside em organizar os estágios, nas obras e na supervisão”.

A formação pessoal: A escola deve se preocupar com o desabrochar da personalidade integral do aluno. Deve dar ao futuro Assistente Social uma formação moral muito sólida. Diz Aylda Faria: “Sem uma formação moral solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos, a atividade do assistente social será falha, porque lhe faltarão os elementos que garantem uma ação educativa, que é visada pelo Serviço Social”. (AGUIAR, 1982, p. 33).

Pode-se verificar, portanto, que sem uma base moral, não há formação, na perspectiva de profissão que está se desenhando neste período. Importante situar também a participação da ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, hoje ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Tal instituição, criada em 1946, esteve presente desde a fase inicial de influência católica, passando pelas discussões iniciais de desenvolvimento da profissão até os dias atuais, tendo como objetivo coordenar e também articular os projetos de formação na área, nos âmbitos da graduação e pós graduação.

Na década de 1940, o Serviço Social norte-americano entra para influenciar fortemente o cenário brasileiro, marcando profundamente a categoria, através de intercâmbios e bolsas de estudos para aperfeiçoamento profissional. A principal contribuição desta influência resulta na perspectiva de Desenvolvimento de Comunidade (DC), que busca atender à lógica vigente: “É dentro da discussão sobre as fórmulas de desenvolvimento e do processo de industrialização que o Serviço Social, no seu processo de intervenção com a comunidade, ganha corpo na profissão do assistente social”. (AGUIAR, 1982, p. 74). O Desenvolvimento de Comunidade é definido enquanto

processo através do qual os esforços do próprio povo se unem com os das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida

nacional e capacitá-las a contribuir plenamente no progresso do país. (AGUIAR, 1982, p. 93).

Ainda, segundo o autor, o Desenvolvimento de Comunidade “começou a existir na América Latina na década de 1950 já com uma visão dualista da sociedade, modernização, a industrialização, a administração do bem-estar, a planificação como solução para o subdesenvolvimento”. (AGUIAR, 1982, p. 91).

Como se pode observar, a questão do desenvolvimento de países capitalistas periféricos propiciou grande influência no pensamento brasileiro em diferentes áreas, como no Serviço Social, e incitou grandes inquietações intelectuais neste período, no bojo das disparidades econômicas de países caracterizados como subdesenvolvidos em detrimento do progresso econômico desenfreado dos países capitalistas avançados. A partir do momento que esta discrepância foi transformada em uma necessidade explicativa, os países capitalistas centrais perceberam a premência de elaborar uma teoria que pudesse acalmar os ânimos, por assim dizer, que fortalecesse a ideia do progresso econômico extensivo também aos países da América Latina (MARINI, 2010, p. 104). Esta estratégia resultou na teoria do desenvolvimento através da criação da Cepal⁴ em 1948 como “agência de difusão da teoria do desenvolvimento surgida nos Estados Unidos e na Europa ao final da Segunda Guerra Mundial”. (MARINI, 2010, p. 104), uma vez que

Sob a denominação genérica de teoria do desenvolvimento, as proposições dos grandes centros nascem em órgãos governamentais ou instâncias associadas a eles, difundem-se nas universidades e centros de pesquisa e chegam a agências internacionais.² Nesse sentido, trata-se essencialmente de construir um conceito de desenvolvimento econômico a partir da ideia de que este corresponde ao desdobramento do aparato produtivo em função da conhecida classificação em três setores: primário, secundário e terciário. (MARINI, 2010, p. 104).

De forma breve, serão apresentados alguns pontos de divergência crítica tecidos pelo autor a elementos fundantes dessa teoria, que sustenta concepções equivocadas segundo a interpretação marxista, como por exemplo, o conceito de subdesenvolvimento ser idêntico ao de situação pré-industrial, a “insistência na ideia de que o desenvolvimento econômico implica a modernização das condições econômicas, sociais, institucionais e ideológicas do país” (MARINI, 2010, p. 105) visando aproximar países configurados

⁴ Comissão Especial para a América Latina e o Caribe (1948)

como capitalistas periféricos ao padrão de países capitalistas centrais e, nas palavras do autor, a projeção metodológica desta teoria, que implicava em classificar as economias dependentes com base em indicadores como: “produto real, grau de industrialização, renda per capita, índices de alfabetização e escolaridade, taxas de mortalidade e expectativa de vida, etc” (MARINI, 2010, p. 106).

De acordo com suas análises, Marini pontua que

Os inconvenientes dessa metodologia são evidentes. Por ser essencialmente descritiva, não possui nenhuma capacidade explicativa. O resultado ao qual ela chega é uma perfeita tautologia: uma economia apresenta determinados indicadores porque é subdesenvolvida, e é subdesenvolvida porque apresenta esses indicadores. Girando em círculos, a análise aspira apenas a estabelecer correlações verificáveis que não esclarecem de nenhuma maneira, por si só, as questões ligadas a causa e efeito. De qualquer maneira, essa foi a teoria do desenvolvimento proposta pela Cepal. (MARINI, 2010, p. 106).

Dessa forma, cabe reforçar que teoria do desenvolvimento e desenvolvimentismo não são a mesma coisa, embora tenham ocorrido simultaneamente. Salvo esta diferenciação, a conotação ideológica do desenvolvimentismo então, marca a história brasileira e influencia o Serviço Social, onde a atuação profissional será direcionada para a construção de um projeto de sociedade nos moldes desenvolvimentistas. Isto resultou em atuações pautadas por exemplo, no ajustamento do indivíduo, em que a sociedade apresenta apenas alguns desajustes, buscando o consenso entre as classes, seguindo também a lógica Varguista.

No início do governo de Vargas, temos o começo de uma experiência em desenvolvimento de comunidade na zona rural, que foi a Missão Rural de Itaperuna, no Rio de Janeiro. É um marco importante. Nasceu da realização, em 1949, do “Seminário Interamericano de Educação de Adultos”. Essa experiência de Itaperuna contou com assistentes sociais, os quais partiram da ótica de que as populações eram “desajustadas” e era preciso “integrá-las”, “adaptá-las” à sociedade. Vemos na época, em programas das escolas de Serviço Social, “referências a conceitos de ‘normalidade’ e ‘anormalidade’, ‘ajustamento’ e ‘desajustamento’”. Essa visão de integração não levava em conta as contradições e desigualdades da sociedade. Ela conota uma visão acrítica e aclassista. Os assistentes sociais não puderam perceber as contradições, uma vez que sua formação nessa época enfatizava que a sociedade é harmônica e que existem apenas alguns “desajustes”. E era a visão sustentada por Vargas que sempre buscou o consenso entre as classes. (AGUIAR, 1982, p. 75).

Seguindo uma linha cronológica, é no final do governo Vargas que o ensino do Serviço Social é regulamentado e as prerrogativas dos portadores de diploma da categoria

são explicitadas, através da lei nº 1.889/53. Embora a conjuntura tenha influenciado a categoria desde o início da era Vargas, foi apenas no desfecho do governo de Juscelino Kubitschek que os assistentes sociais assumiram formalmente a ideologia nacional-desenvolvimentista, no contexto da industrialização pesada (1955-1980), tendo incorporado gradativamente essa teoria ao longo dos anos. (AGUIAR, 1982, p. 78). Vejamos como o governo JK influenciou o Serviço Social.

Após a morte do presidente Getúlio Vargas, houve um período de transição de presidência que durou de 1954 a 1956, finalizado na posse do então presidente Juscelino Kubitschek. Durante essa transição, o país teve três presidentes interinos: Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos. Juscelino assumirá o cargo com a promessa da industrialização acelerada. É nesse período, mais precisamente no ano de 1957, que o Serviço Social terá aprovada sua primeira lei de regulamentação profissional.⁵

Conforme aponta Albuquerque, a continuação do processo de desenvolvimento capitalista no governo de Juscelino Kubitschek aprofundou as relações de dependência do país em relação ao controle externo, transformando o nacional-desenvolvimentismo em desenvolvimentismo-internacionalista:

Com o slogan cinquenta anos em cinco, Juscelino Kubitschek elegeu-se Presidente da República nas eleições de 3 de outubro de 1955, tomando posse em 31 de janeiro do ano seguinte. O seu governo tinha como objetivo transformar e aprofundar a industrialização brasileira, através da implementação da indústria pesada. Para tanto, foi articulado o chamado Plano de Metas, o qual continha trinta metas agrupadas em cinco áreas e uma meta que considerava especial. Algumas metas foram modificadas durante a execução do plano e outras, nem chegaram perto do que se propôs, mas, em termos gerais, o programa conseguiu atingir seus objetivos, provocando um forte crescimento do PIB e um razoável aumento da renda per capita, tornando o Brasil da época o país 15 em desenvolvimento mais industrializado do mundo. Para pôr em prática o Plano de Metas, o nacional-desenvolvimentismo foi substituído pelo desenvolvimentismo-internacionalista. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 14)

Juscelino, que tinha uma formação religiosa e uma postura que passava firmeza, conseguiu atrair a confiança da maioria dos assistentes sociais, que se identificavam com sua conduta moral. É nesse momento que surgem os primeiros escritores de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, incluindo assistentes sociais. Isso se deve a:

⁵ Lei 3252 de 27 de agosto de 1957

(...) frações das sociedades civil e política do Brasil – bem como os organismos estrangeiros – interessados na difusão do Desenvolvimento da Comunidade tratam de estimular a emergência de intelectuais autóctones dessa disciplina, a partir dos anos 50. (AGUIAR, 1982, p. 86).

Ainda, segundo o autor, as obras publicadas na época propagam a noção ilusória da participação da sociedade como um todo nos benefícios do desenvolvimento, gerando consenso para as classes subordinadas. Em 1957 foi promovido pela UCISS⁶ e UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) um seminário dirigido pela assistente social Helena Iracy Junqueira sobre “Educação de Adultos como um processo de Desenvolvimento de Comunidade”, salientando os pressupostos tomistas e católicos. Neste período, percebeu-se uma relação acentuada da ONU (Organização das Nações Unidas) no Serviço Social brasileiro, através da realização de estudos no país, fortalecendo o caráter internacionalista. Portanto, pode-se concluir que o Serviço Social da década de 50

Se inicia com a coordenação de Serviço e Obras Sociais. Utiliza-se também dos Centros Sociais, quer na zona rural, via Serviço Social Rural, quer na zona urbana. Os Centros Sociais estavam ligados aos problemas locais e procuravam resolvê-los através da mobilização do povo. Os referidos Centros tiveram tanta importância que a ONU, através de uma resolução, faz uma recomendação expressa para sua utilização. E assim concebe o Centro Social: “a instituição local em que as pessoas pertencentes a uma mesma coletividade, coordenando seus esforços e com a ajuda de técnicos dirigentes empreendem e executam projetos e atividades, destinados a satisfazer suas necessidades particulares e a melhorar suas condições de vida”. Tiveram em alguns lugares outros nomes como Centro de Comunidade ou Centro Social de Comunidade. Os “Centros Sociais” no Brasil, de início, nascem ligados à Igreja Católica e ao Serviço Social e passarão a ter apoio oficial com a criação em 1952 e implementação em 1956 da Campanha Nacional de Educação Rural – CNER. Esses Centros ilustram a prática do desenvolvimento do processo de “Desenvolvimento e Organização de Comunidade” realizando trabalhos nas pequenas comunidades, trabalhos imediatos e ligados mais às necessidades materiais. Esse trabalho não se integra em atividades mais amplas, quer municipais, quer regionais. Safira Amman, analisando os trabalhos dos Centros Sociais, assim se expressa: “Alfabetizando as populações rurais, modernizando a agricultura, criando pequenas obras de infra-estrutura urbana, sem ônus para os cofres públicos, ofereciam os Centros Sociais sua parcela de contribuição a uma política de governo interessada em expandir o sistema capitalista no Brasil. É, pois, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, principalmente no seu final, que o Serviço Social entra incisivamente no trabalho de comunidade e assume a postura desenvolvimentista. Até a década de 60, o Serviço Social possuía basicamente uma postura: desenvolver seu trabalho em plena consonância com os governos então no poder. Era partidário de reformas que viessem racionalizar melhor o sistema capitalista e que pudessem inserir as populações do setor atrasado ao moderno. Essa posição recebeu a base ideológica do governo Juscelino Kubitschek e terá o apoio de

⁶ União Católica Internacional de Serviço Social

Jânio Quadros, que em discurso, manifesta expressamente a importância do Serviço Social junto ao processo de desenvolvimento e mobilização popular. (AGUIAR, 1982, p. 90).

Nos governos Vargas até JK, a pobreza era vista como um mal que precisava ser extirpado, um perigo a ser combatido e é nessa concepção que o Serviço Social é requerido a atuar, apoiado pelo discurso de desenvolvimentismo como fator crucial de superação através do ajustamento do indivíduo à sociedade.

2.2 Serviço Social e a intenção de ruptura com a lógica conservadora na profissão

No final da década de 1950, um fato internacional repercute em ondas graduais, mas intensas no Serviço Social brasileiro: a Revolução Cubana. Tal marco histórico resulta na realização da ‘Aliança para o Progresso’ (1961), o qual acontece no governo de Jânio Quadros, sucessor de Juscelino Kubitschek. Para Aguiar, a ‘Aliança para o Progresso’, enquanto “projeto de país capitalista voltada principalmente para as garantias políticas, consideradas como elementos indispensáveis à manutenção e expansão do poderio econômico ocidental” (AGUIAR, 1982, p. 92), canalizou as frustrações da profissão, em nome da reforma social.

No contexto da guerra fria, os Estados Unidos desenvolvem projetos para, teoricamente, combater a miséria nos países subdesenvolvidos, quando na realidade, o objetivo central é extirpar a crença à ameaça de um levante comunista na América Latina, tendo por parâmetro, a Revolução em Cuba. O controle político-econômico no denominado Terceiro Mundo transforma-se em uma necessidade de afirmação triunfal norte-americana perante o mundo, planejado através de processos de ditaduras em solo latino-americano, também intitulado como “contrarrevolução preventiva” por Netto:

(...) movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contrarrevolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social). (Netto, 1996, p. 16)

Segundo Netto, enquanto objetivos centrais deste processo arquitetado, pode-se citar:

Adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo. (Netto, 1996, p. 16)

A ditadura empresarial-militar no Brasil, conduzida através de um golpe de Estado, interrompe o governo de João Goulart em março de 1964, após suas intenções governamentais, como as reformas de base, que incluía entre outras, a reforma agrária, a qual em consonância à tentativa de compra de concessionárias estrangeiras, desagradando parte significativa da população, como os militares, os donos de terra e partidos políticos, realçando as oposições.

Conforme citado anteriormente, é nesse período que os assistentes sociais assumem (em sua grande maioria) declaradamente a postura desenvolvimentista, assumindo “o dualista de subdesenvolvimento, assim como se colocarão depois a serviço do modelo de dependência” (AGUIAR, 1982, p. 100). Sobre as bases teóricas que influenciam o Serviço Social à época, Aguiar explicita que é a concepção funcionalista que

(...) dá aos profissionais em questão uma visão de comunidade como uma unidade harmônica. As pessoas que estão fora e que, portanto, são “disfuncionais” ao sistema devem a ele ser integrados. Trabalhar com as “disfunções” é uma exigência uma vez que o equilíbrio das tensões é fundamental, pois cada um tem seu papel, sua função. Dentro da perspectiva dualista, o setor atrasado é disfuncional ao setor moderno. Nesse período de nossa história, o Serviço Social é partidário de reformas e transformações que devem melhorar a vida em sociedade. Mas, no fundo, a melhoria de mudança se insere na melhoria do sistema. (...) Esta racionalidade é uma modernização e uma busca de eficiência para que o sistema funcione melhor. A ação do assistente social não se dirige aos problemas que nascem das relações sociais de produção, mas aos problemas efeitos, ou problemas ligados à vida da cidade como luz, água, melhoria de rua, etc. Diríamos que o desejo de mudança nasce mais do medo em relação às massas do que de um comprometimento com essas mesmas massas. (AGUIAR, 1982, p. 101)

Aguiar pontua ainda que os assistentes sociais que assumem a postura desenvolvimentista não conseguem apreender as contradições da sociedade porque: a prática profissional da categoria atua vinculada à ideologia da classe dominante; seu método de ação funcionalista, aliado ainda à ideologia confessional, separa indivíduo,

grupo e comunidade, tratando-os individualmente; atuam para promover a integração e o ajuste do indivíduo à sociedade, desconhecendo os conflitos gerados pela reprodução capitalista. O autor salienta ainda que

Por muito tempo os assistentes sociais no dizer de Herman Kruse, encontraram no desenvolvimentismo e na Aliança para o Progresso a justificação de sua profissão, não percebendo que o desenvolvimentismo implica no desenvolvimento do sistema capitalista e não a solução para os países subdesenvolvidos. (AGUIAR, 1982, p. 104)

A década de 1960 é o período que marca o Serviço Social com muitos seminários, conferências, congressos e demais atividades, primordiais para o enriquecimento teórico-metodológico da categoria, assim como várias posturas assumidas, como o Serviço Social de comunidade, somadas a concepções reformistas e acrílicas. É neste período, em 1962, que surge o CFAS e o Cras (Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselho Regional de Assistentes Sociais), posteriormente denominado como CFESS e Cress (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social). É também durante este momento, mais especificamente, entre os anos 1960 e 1964, que um pequeno grupo de assistentes sociais se aproximam pela primeira vez de uma análise crítica da sociedade, apreendendo as contradições da lógica burguesa que, de forma gradativa, os leva a assumir uma postura de defesa por mudanças radicais, influenciados pelos partidos cristãos de esquerda, pelo Movimento de Educação de Base, pelo trabalho de cultura popular de Paulo Freire e pela posição assumida pela Juventude Universitária Católica durante a ditadura. Em 1967, um evento marca profundamente o futuro do Serviço Social brasileiro: o Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá. Ainda que o discurso desenvolvimentista se faça presente, marca o início de uma nova fase na profissão: o processo de reconceituação, que nas palavras de Aguiar “se faz necessária, para que pudesse adequar o Serviço Social ao contexto econômico, político e social da sociedade nacional” (AGUIAR, 1982, p. 109), ainda que a partir de 68, apesar de todas as influências científicas e técnicas, a profissão assumiu a reprodução assistencialista com vistas a reproduzir o projeto governamental vigente como forma de combater os obstáculos do crescimento econômico.

O Serviço Social, assim como qualquer profissão inserida da divisão social do trabalho, sofre influências diretas de elementos conjunturais, como sociais, econômicas, políticas e culturais, o que não foi diferente à época autocrática burguesa, como assinala Netto. O período citado propiciou muitas mudanças para a categoria, embora não

estratégicas ou intencionais em relação de ruptura com o denominado Serviço Social Tradicional, que se estende até meados dos anos sessenta, embora perceba-se uma ação governamental que valida esse caráter tradicional até a entrada dos anos 1970. A partir dessa erosão do Serviço Social Tradicional, a profissão experimenta um processo inédito que vai provocar mudanças nos rumos teórico, metodológico, ético, político e prático da profissão: o processo de renovação do Serviço Social. É importante reforçar que esse processo de renovação no Brasil, ainda sob um caráter hegemonicamente conservador inicialmente, teve seus primeiros pontos iniciais ainda na década de 50, a partir da decadência tradicional mencionada. Porém, com a implantação ditatorial, houve uma interrupção desse processo com a censura ao livre pensamento, pois a perseguição e repressão alcançou assistentes sociais e estudantes da área. Os pontos da construção do processo de renovação foram retomados sob autocracia burguesa, a qual, nas afirmações de Netto, “contribuiu para um processo de erosão do serviço social ‘tradicional’” (NETTO, 1996, 128), ainda que de forma conservadora. O autor adverte que

O Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. (NETTO, 1996, p. 128).

O processo autocrático capitalista de 1964, impeliu mudanças estruturais na profissão a partir da reorganização estatal, acompanhadas de mudanças sociais e políticas para atender aos interesses monopolistas da época, resultando entre outras coisas, na reestruturação completa do planejamento e execução das políticas sociais e expandindo o mercado de trabalho para os assistentes sociais. Essa expansão exigiu da categoria uma modernização profissional para atender de forma suficiente as novas complexidades burocráticas demandadas pela exigência do capital, não só teóricas, mas práticas. A partir do momento que esse Estado passa por mudanças expressivas, geralmente o Serviço Social também passa por novas requisições, pois no momento em questão, ocorreram mudanças nos níveis técnico e formativo. No contexto da industrialização pesada, o Serviço Social passa a ser requisitado para além dos serviços públicos. Como consequência, torna-se necessário repensar as orientações teóricas da profissão, como por

exemplo, o ideário tomista, exigindo assim, mais racionalidade técnica por parte da categoria, imposta pelo processo de modernização em andamento.

Outra questão que leva a categoria brasileira a repensar suas bases teóricas é o processo de reconceituação circunscrito no contexto do Serviço Social latino-americano, fruto de reflexões influenciadas a partir de particularidades históricas como, segundo Netto, “o peso do colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, o surgimento de novos protagonistas sócio-políticos, a Revolução Cubana e o incipiente reformismo gênero Aliança para o Progresso”. (NETTO, 1996, p. 146). Isso levou a categoria latino-americana a indagar

O papel dos profissionais em face de manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política. (Fundamentalmente ligados às classes subalternas). (NETTO, 1996, p. 146).

Todo esse contexto latino-americano de lutas sociais questionadoras das nações imperialistas, em consonância com a experiência da autocracia burguesa, representada pelo governo militar, impacta diretamente o Serviço Social brasileiro, levando os profissionais a experimentarem um processo que marcaria definitivamente o futuro da profissão: a Renovação do Serviço Social. Os assistentes sociais do Brasil tentam em vão, formar um bloco de unidade latino-americano no processo de reconceituação, mas por condições objetivas demarcadas por diferenças processuais, essa unidade, no dizer de Netto, se “esfarinha”. (NETTO, 2011, p. 147). Pode-se compreender que uma dessas diferenças é: enquanto o processo de reconceituação do Serviço Social dos outros países latino-americanos inicia de maneira crítica, o processo de renovação no Brasil, inicia de modo conservador, com tendências que serão explanadas adiante. Por isso, não é correto afirmar que o Serviço Social brasileiro passou pelo processo de reconceituação, que não é a mesma coisa que a Renovação, particularidade nacional.

Além dessas influências mencionadas, o contexto histórico de questionamento da profissão e busca por novas correntes teóricas para amadurecimento profissional, promove o que Netto destaca como uma das bases dessa renovação: a laicização “como um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa” (NETTO, 1996, p. 128). Enquanto laicização, compreende-se a aproximação

da categoria com estudos das Ciências Sociais, como por exemplo, discussões da Psicologia Social, Antropologia e Sociologia, embora tais aproximações não tenham proporcionado uma compreensão crítica da realidade, podendo ser explicada pela imaturidade acadêmica da profissão. Essa aproximação com o circuito universitário, permitiu um alargamento teórico e propiciou elementos de politização: aproximou estudantes de Serviço Social do Movimento Estudantil, importante categoria de resistência à ditadura militar.

O processo de Renovação no Serviço Social, também resultado dos “seminários de teorização”, como os de Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1980), Alto da Boa Vista (1984), etc, compreendeu as três tendências mais significativas: perspectiva modernizadora, reatualização com o conservadorismo e Serviço Social tradicional, etapas que serão melhor explicitadas a seguir.

Afirmada no seminário de Araxá e cristalizada no seminário de Teresópolis, a perspectiva modernizadora buscou dialogar de forma acrítica com as demandas postas pelo Estado, ou seja, operacionalizar políticas sociais sem criticar sua lógica controversa. Netto define essa tendência como

Um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64. (NETTO, 1996, p. 154).

Dentro dessa proposta, as correntes teóricas do funcionalismo ganham força e a lógica de ajustamento do indivíduo são predominantes para garantir, sem questionar, a reprodução da ordem e do progresso, elementos fortes na conjuntura de desenvolvimentismo nacional.

O que caracteriza esta perspectiva, todavia, está longe de resumir-se à exclusão de tendências contestadoras: antes, o que lhe confere seu tônus peculiar é a nova fundamentação de que se ocorre para legitimar o papel e os procedimentos profissionais. Se, neste âmbito, constatam-se reiteraões da tradição, registram-se avanços inequívocos com aportes extraídos do background pertinente ao estrutural-funcionalismo norte-americano. Este é o caráter modernizador desta perspectiva: ela aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites – donde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país. No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica

menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” – donde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora. (NETTO, 1996, p. 155).

Esta perspectiva vem a ter sua hegemonia confrontada em meados dos anos 1970, sendo até então, a tendência triunfante entre os assistentes sociais da época. O que causa essa decadência é a crise da autocracia burguesa, que reduz a polarização intelectual que causou. Aliado a isso, suas propostas desagradam tanto segmentos tradicionais, que recusam o movimento de laicização em detrimento de uma perspectiva confessional, quanto segmentos que buscam uma perspectiva crítica, pela reprodução profissional da lógica autocrática. Isto posto, a lógica que vai condensar as insatisfações dos distintos segmentos é a reatualização do conservadorismo. Vejamos do que se trata a citada tendência.

Resultado de seminários de Sumaré (1980) e Boa Vista (1984) , a reatualização do conservadorismo apresenta alguns elementos já postos historicamente e outros figurando como inéditos, sustentados pela crítica de segmentos à tendência anterior, ainda que não alcance a essência da problemática. Para Netto, ela

Recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. (NETTO, 1996, p. 157).

Concentrada em instituições universitárias no Rio de Janeiro e São Paulo, tal perspectiva dialoga com a teoria da fenomenologia, criticando tanto o positivismo quanto o marxismo, tomando como base autores como Heidegger e Paulo Freire, embora de modo não aprofundado. A reatualização do conservadorismo visa focar no indivíduo através do diálogo, superando o caráter da ação profissional voltada para o desenvolvimentismo. Essa tendência apresenta em si um traço psicossocial e subjetiva muito forte e coloca o ser humano como protagonista, mas permanecendo com a lógica do ajustamento do indivíduo ao meio, através do diálogo, da conscientização. Das três perspectivas pertencentes ao processo de renovação do Serviço Social, essa, como destaca Netto, não apresenta força suficiente para infiltrar suas proposições dentro das discussões massivas da categoria, abrindo margem para a terceira e última perspectiva deste processo.

Primeira perspectiva com viés crítico, a denominada por Netto (1996) como um processo de Intenção de Ruptura com a lógica conservadora é fruto de dois momentos primordiais: o Método de Belo Horizonte, realizado entre 1972 e 1975, ainda que muito fechado, e as formulações da Marilda Vilela Iamamoto no livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil (1982)”.

Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). (NETTO, 1996, p. 159).

O método de BH foi o primeiro a inserir a perspectiva crítica marxista para amparar discussões, colocando a classe oprimida como objeto de pesquisa e propondo a mudança societária e da condição humana por meio da conscientização, ainda que com muitos problemas, como sua visão metódica. Sendo um estudo produzido nos anos de chumbo, sua primeira edição precisou ser publicada primeiramente em espanhol e, só no início dos anos 1980 que foi traduzido para o português.

O período de efervescência política em face de demandas sociais e lutas contra o regime empresarial-militar, aproximou a categoria dessas mobilizações populares, como por exemplo a participação de docentes de Serviço Social na UNE⁷ (ABRAMIDES, 2016, p. 462), através do Movimento Estudantil do Serviço Social.

Outro aspecto que é considerado decisivo para o processo de Intenção de Ruptura da categoria foi a inserção de profissionais no movimento sindical dos assistentes sociais, pois

A efervescência sindical no movimento operário se expandiu para outras categorias de trabalhadores que retomaram seus sindicatos e associações pré-sindicais. Entre esses trabalhadores estavam os assistentes sociais, com um amplo processo de organização e lutas. (ABRAMIDES, 2016, p. 463)

Em 1979, ocorre o que na profissão é reconhecido como o divisor de águas na profissão: o “Congresso da Virada”, ou seja, o terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que marcou simbolicamente o processo de alinhamento da profissão

⁷ União Nacional dos Estudantes

com os interesses da classe trabalhadora, fruto da vinculação da categoria ao movimento sindical e popular.

O III CBAS se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo, cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua condição de assalariamento, no compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, na práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores e aos movimentos sociais, na articulação da Ceneas, sindicatos e Apas com a Abess, que iniciara a construção de um novo currículo sustentado na teoria social de Marx, na defesa do serviço público de qualidade, na luta pela democratização das instituições, na articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão, na articulação com o movimento estudantil de Serviço Social que se reorganizara, no estabelecimento de uma estratégia entre os assistentes sociais que se inseriam nos sindicatos, movimentos sociais, universidades, práxis profissionais, vinculados à perspectiva marxista, no sentido de disputar as direções dos Cras e CFAS que estavam sob a hegemonia da modernização conservadora e dos tecnicistas (...) (ABRAMIDES, 2016, p. 465)

Em termos de referenciais teóricos, o livro de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, “Serviço Social e Relações Sociais” (1982) é considerado por Netto, o marco dessa mudança de panorama dentro da hegemonia profissional. Todo esse momento de redefinição interna da profissão, culminou no Código de Ética Profissional de 1986, o primeiro código profissional a romper com a lógica da neutralidade, mas com certos limites, pois foi considerado “insuficiente do ponto de vista teórico e filosófico, e também apresentou fragilidades quanto à sua operacionalização no cotidiano profissional” (PAIVA et al, 2005. p. 176), sendo necessário a formulação de outro Código de Ética, o vigente, o que será melhor explanado em um subtópico sobre como os Códigos de Ética expressaram e expressam elementos da conjuntura vivenciada.

2.1.2 Elementos conjunturais expressos nos Códigos de Ética do Serviço Social

Para fins de melhor compreensão das discussões que envolvem o desenvolvimento profissional a partir de seu Código de Ética, trataremos, de forma sintetizada, aspectos importantes de cada Código Profissional dos Assistentes Sociais para uma melhor compreensão.

O primeiro Código de Ética da profissão, de 1947, em seu terceiro artigo, afirma que o Serviço Social “trata com pessoas humanas desajustadas, ou empenhadas no

desenvolvimento da própria personalidade” (GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE ÉTICA, 2006, p. 19). Pode-se perceber que o viés moral e individualizado das problemáticas sociais o norteia.

Já no contexto ditatorial, o segundo Código de Ética, de 1965, inaugura uma perspectiva mais moderna e laica, necessitada de desprender-se de uma orientação religiosa e preocupando-se com as dimensões técnicas e científicas, mas relegando ao Serviço Social uma atuação “baseada na natureza e destino do homem” (GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE ÉTICA, 2006, p. 26) como única concepção de vida possível, como assim defende o documento. Com isso, apreende-se os limites na concepção de laicismo da categoria vigente ainda influenciada pelo neotomismo.

O próximo Código, de 1975, no auge de todas as agitações debatidas no interior da profissão, com vistas a vislumbrar o horizonte do futuro profissional, afasta-se de um viés moral religioso na teoria, mas salienta a defesa de um conservadorismo centrado nas ações disciplinadoras do Estado, que em suas palavras, são justificáveis para a preservação “do bem total humano”. (GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE ÉTICA, 2006, p. 42). À luz do processo de renovação, acrescida pelo momento de busca pela redemocratização do país, a profissão, orientada por uma diferente postura após reflexões importantes como o Congresso da Virada em 1979, a categoria entende que o Código de Ética, então vigente, não dá conta de suas mudanças e interesses.

O Código de Ética de 1986 nasce desse fruto de debates e propõe pela primeira vez, uma orientação profissional crítica e não neutra. Conforme mencionado anteriormente, este Código negou a tradição conservadora que acompanhou a profissão desde a sua origem e expressou o descortinar de uma nova fase da profissão, ao defender a “necessidade de superar a perspectiva que coloca os valores éticos como universais e acima dos interesses de classe em que se divide a sociedade”. (GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE ÉTICA, 2006, p. 57). Porém, Paiva nos traz uma análise que resulta na necessidade da elaboração de outro Código:

Mas o Código de 1986 mostrou-se, em certos aspectos, insuficiente do ponto de vista teórico e filosófico, e também apresentou fragilidades quanto à sua operacionalização no cotidiano profissional. (...) Uma preocupação chave nesse último processo de revisão por sua vez era garantir que o Código de Ética pudesse constituir um instrumento político e educativo, sem deixar de contemplar o aspecto normativo e punitivo. (...) O Código precisa tematizar, na verdade, o *dever ser*: como a prática pode ser realizada de acordo com os princípios éticos definidos pelo projeto político-profissional, devendo recusar

o que não é aceitável dentro do exercício do Serviço Social, ou seja, o que é proibido e vedado ao assistente social fazer. Tais parâmetros não ficavam, porém, suficientemente claros no texto anterior. (...) Por outro lado, tratava-se de um documento muito datado na medida em que possuía um forte traço conjuntural. Esse dado significa que ao descolar de certa forma a atenção da totalidade da prática profissional – em razão daquele contexto de profundas esperanças democráticas, esse Código acabou perdendo em eficácia, porque não considerou a singularidade da intervenção do assistente social. Ele vai apresentar, portanto, uma leitura marcadamente idealista e voluntarista no que tange ao potencial político da profissão. Isto quer dizer que se foi uma conquista descobrir e atentar para a dimensão política da prática, por outro lado houve um excesso de ênfase do aspecto político e também de ideologização no Código de Ética. Ademais, o Código não pode gozar só de legitimidade, era preciso ter eficácia e também legalidade para respaldar a conduta profissional que ele mesmo estava suscitando. (PAIVA et al, 2005. p. 176-177).

Paiva [et al] (2005) discorre de forma muito contributiva ao se debruçar sobre os pressupostos históricos, teóricos e políticos de cada Código Profissional da categoria, destacando a influência do processo de renovação para a elaboração do Código de 1986.

Desde a primeira formulação do nosso Código de Ética Profissional, em 1947, até a reelaboração de 1975, permaneceram vigentes as mesmas concepções filosóficas assentadas no neotomismo, a partir das quais consagrávamos valores abstratos e metafísicos como “bem comum” e “pessoa humana”. Somente com a formulação de 1986, essas concepções foram superadas, com a explicitação de princípios éticos historicamente situados: foram negados conceitos abstratos e indicada a urgência de objetivar os sujeitos históricos para apreender suas necessidades concretas. O Código de 1986 apontou alguns parâmetros para essa apreensão, contrapondo, por exemplo, o princípio da contradição ao da harmonia/estabilidade, suporte dos códigos anteriores. Em contraste com a ideia da “neutralidade profissional”, estabelece-se a clara noção de “compromisso”, que se concretizou por meio dos deveres de: “democratizar as informações aos usuários”, “criar espaços para sua participação nos programas e decisões institucionais”, “denunciar falhas das instituições” e “contribuir na alteração da correlação de forças”, de modo a viabilizar as demandas de interesses dos usuários. Esse compromisso determinou a necessidade da configuração de um novo perfil profissional de acordo com o processo de renovação teórico-política do Serviço Social. (PAIVA et al, 2005. p. 160)

Salvo as suas particularidades por razões históricas, econômicas e sociais, os Códigos anteriores ao de 1986, expressavam o caráter reacionário herdado pelo viés moral de seu contexto histórico e relações sociais e econômicas estabelecidas.

Dessa forma, o Código atual da categoria, de 1993, nasce para dar conta de uma necessidade primordial, advinda do processo de amadurecimento político e teórico da

categoria: “Fortalecer uma clara identidade profissional articulada com o projeto de sociedade mais justa e democrática”. (PAIVA et al, 2005. p. 178).

Esse processo de amadurecimento não ocorreu deslocado do processo que o Brasil estava experimentando em meados dos anos 80, ao contrário, recebeu os impactos do cenário de reabertura democrática, onde pulsava a ampla mobilização dos movimentos sociais e de diversos segmentos da sociedade em torno dos debates sobre o rumo da saúde, da estruturação da seguridade social e a construção da Constituição de 1988. Dessa forma, o Código de Ética vigente propunha abordar dois aspectos fundamentais para dar conta das mudanças em andamento:

Torná-lo um instrumento efetivo no processo de amadurecimento político da categoria bem como um aliado na mobilização e qualificação dos assistentes sociais diante dos enormes desafios e demandas da sociedade brasileira. Urgia transformá-lo num mecanismo concreto de defesa da qualidade dos serviços profissionais que desempenhamos; e, complementarmente, havia que constitui-lo como um mecanismo eficaz de defesa do nosso exercício profissional, por meio da garantia da legalidade de seus preceitos, fornecendo respaldo jurídico à profissão. (PAIVA et al, 2005. p. 180)

Após o Congresso da Virada então, é estabelecido o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, denominado como PEP nos anos 90, considerada “expressão madura de consolidação da direção social da profissão dos anos 1980, que se estabeleceu no processo de ebulição da luta de classes no país em que os profissionais estiveram organicamente vinculados à classe trabalhadora” (ABRAMIDES, 2016, p. 470). Este projeto conforma três documentos: a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), que se refere “ao exercício profissional, às competências e atribuições privativas dos assistentes sociais e dos Cress, na qualidade de órgãos fiscalizadores da profissão” (ABRAMIDES, 2016, p. 471), o Código de Ética (vigente) da/o Assistente Social e as Diretrizes Curriculares de 1996, considerada “expressão de um debate articulado pela Abepss com as unidades acadêmicas para superar as lacunas do currículo de 1982” (ABRAMIDES, 2016, p. 471), todos pautados na perspectiva crítica da profissão que apontam para a construção de uma sociedade para além do horizonte capitalista.

Apesar de todo o processo de fomento crítico e, ainda que essa perspectiva possa ser considerada hegemônica na profissão, expressa em normativas e diretrizes profissionais, ela não pode ser considerada homogênea, pois a categoria permanece em

constante disputa de interesses em seu interior desde o seu surgimento, porém, os anos 1980 registra significativos avanços para o interior da profissão.

Em congruência ao que já foi apontado anteriormente, se nos anos oitenta a profissão vai experimentar tamanhos avanços para a maturidade da categoria no cerne de um processo redemocrático e eminente para a classe trabalhadora, ela também vai experimentar os desafios postos a partir da introdução do neoliberalismo no país, principalmente nos últimos anos.

A partir da inserção do neoliberalismo no Brasil, o que será detalhado subsequentemente, observa-se o crescimento exponencial das igrejas evangélicas neopentecostais no cenário político brasileiro, em uma relação imbricada, que desaguará no fomento ideológico de categorias que beneficiam a perspectiva capitalista em detrimento dos avanços para a classe trabalhadora, tomando como exemplo o ‘empreendedorismo’, reforçado por um discurso baseado na “Teologia da Prosperidade”, concepções que se retroalimentam. Essa relação vai resultar em impactos sobre a composição política no Brasil, sobre os interesses da massa, como a seguridade social e a educação que, conseqüentemente, atingirá muitas categorias profissionais, como o Serviço Social, salvo suas particularidades.

Antes de entrarmos na imbricação neoliberal e neopentecostal, o próximo capítulo apresentará um breve resgate histórico das instituições evangélicas no Brasil, com enfoque nas igrejas neopentecostais, visando contextualizar como se deu seu crescimento e adesão de uma parte significativa da massa, em constante expansão nos dias atuais e colocando o debate sobre laicidade na ordem do dia.

3 INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NO CONSERVADORISMO RELIGIOSO

3.1 Elementos do conservadorismo religioso evangélico e suas pautas sociais

A relação entre política e religião não é um fato historicamente inédito no Brasil, resultando desta imbricação expressões mais fortes ou mais veladas a depender da conjuntura, mas nunca inexistentes.

Tomando como recorte alguns elementos históricos brasileiros, o país só passou a ser considerado laico a partir da Constituição Republicana, em 1891 (VITAL e LOPES. 2013, p. 169). Contudo, o que se tem verificado na atualidade é que os limites impostos pelo princípio da laicidade encontram-se em linha tênue entre o confessional e o laico, conforme nos demonstram Vital e Lopes:

Contudo, no cotidiano, nos deparamos com fatos que colidem com esse princípio. Citamos como exemplo o financiamento de atividades religiosas com recursos públicos (shows, caminhadas etc.); a garantia da assistência religiosa com recursos do Estado – concurso público para capelão; concurso público para contratação de professores de ensino religioso confessional; a presença nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário de símbolos religiosos e de cultos (e em alguns casos, missas) semanais. (VITAL e LOPES. 2013, p. 169)

Embora a denominada “Bancada Religiosa” no Congresso Nacional comporte diferentes denominações (evangélica, católica e de matriz africana), o presente trabalho se concentrará, entre outras análises, nas ações das instituições neopentecostais nos espaços midiáticos e político, com ênfase na Bancada Evangélica, considerada a terceira maior bancada na Câmara Federal, sendo as primeiras, partidárias (VITAL e LOPES. 2013, p. 169). Com vistas a contemplar tal discussão de modo objetivo, torna-se necessário realizar um breve resgate conceitual de algumas categorias importantes para a compreensão da discussão proposta, como ‘protestantismo’, ‘fundamentalismo religioso’, ‘pentecostalismo clássico’ entre outras, assim como o histórico das instituições evangélicas no Brasil, com centralidade nas instituições neopentecostais, pois são as mesmas que darão início às atividades políticas em seu segmento confessional.

A corrente religiosa evangélica é compreendida enquanto uma ramificação do protestantismo, o qual tem sua origem na Reforma Protestante, movimento religioso ocorrido na Europa, no século XVI, mais precisamente em 1517. Tendo o alemão Martinho Lutero como principal articulador, o qual por meio de 95 teses aponta expressivas críticas à Igreja Católica, o movimento é considerado um marco para o início do protestantismo no mundo. O contexto em questão favoreceu o movimento, pois foi um período em que estava ocorrendo mudanças estruturais na Europa que apontava para o declínio de tal igreja e de seu domínio econômico, político e social para o controle do Estado absolutista, com apoio da burguesia em ascensão.

O protestantismo está presente no Brasil há mais de um século (FERNANDES et al, 1998, p. 27) e assim como outras correntes, deriva do cristianismo e é classificada como uma religião monoteísta, a qual se baseia nas mensagens de Jesus Cristo, tendo a comunhão dos bens, o batismo e a partilha do pão como alguns dos seus ensinamentos. Assim como o protestantismo, outras doutrinas e igrejas religiosas também surgiram do cristianismo, como por exemplo, as igrejas: Católica, Ortodoxa, Luterana, Anglicana, Batista, Metodista, Calvinista, Pentecostal, Neopentecostal, entre outras.

No que tange à categoria descritiva do termo ‘evangélico’, Almeida analisa que

É necessário, portanto, ressaltar que a categoria englobante “os evangélicos” foi algo que se consolidou nas últimas décadas. Há certo tempo, era também comum e mais equitativo o uso das nomeações “crentes” ou “protestantes” (que incluíam os pentecostais) para circunscrever esse segmento religioso em crescimento. Em parte, a categoria descritiva “evangélicos” foi estabilizada de forma técnico-científica. (ALMEIDA, 2017, p. 5).

A partir da influência das vertentes evangélicas norte-americanas sobre o protestantismo brasileiro no início do século XX, surge no Brasil o pentecostalismo clássico, conhecido também como primeira onda pentecostal, que preconiza a experiência direta com Deus através do batismo com o Espírito Santo. O termo vem da palavra grega Pentecostes, que faz alusão às festas judaicas.

As primeiras igrejas pentecostais estabelecidas no Brasil foram a Congregação Cristã do Brasil (1910) e Assembleia de Deus (1911), com algumas características similares obtiveram grande sucesso em sua instalação, estando presente até dos dias atuais com um crescente avanço. Com características clássicas, estas igrejas são referências quando se trata de dons da cura e glossolalia com a imensa preocupação com a vida nos céus, durante sua trajetória não privilegiou aspectos da vida “mundana” como a política, economia e assuntos ligados a governabilidade do Estado, deixando o crente limitado a assuntos da igreja e sua salvação. (OLIVEIRA, 2016, p. 1546).

Em conformidade com a trajetória apontada pela autora, após o surgimento das primeiras igrejas pentecostais no Brasil, diversas outras vertentes começaram a ser instaladas e conviveram bem com o denominado pentecostalismo clássico até os anos 1950, quando acontece uma fragmentação dentro do movimento a partir da inserção da igreja norte-americana Evangelho Quadrangular em 1951, não só do ponto de vista das nomenclaturas, mas também do estilo doutrinário e de culto. De acordo com Oliveira (2016), dentre as denominações oriundas dessa fragmentação, cuja fase é também

caracterizada como segunda onda pentecostal, pode-se citar entre outras, a Igreja Brasil para Cristo (1956), Igreja Pentecostal Deus é Amor (1962) e a Igreja Nova Vida (1960), ainda que preservassem elementos do pentecostalismo clássico (OLIVEIRA, 2016, p.1546). Esse processo de fragmentação, o qual perdurou por mais de duas décadas, criou condições não apenas para mudanças nas características litúrgicas, como também para o surgimento de igrejas caracterizadas como neopentecostais, as quais se concentraram nas estratégias de alcance aos não adeptos, como o uso das rádios “com pregações diárias que estimulavam o fiel a contribuir para a construção dos templos de oração”. (OLIVEIRA, 2016, p. 1546).

O que se observa através do resgate histórico desse período, com base nas bibliografias adotadas, é que o uso das ferramentas midiáticas nos anos 1970, com especial destaque para as rádios, foi primordial para o crescimento e despontamento desenfreado destas instituições religiosas, intensificando o esforço de captação massiva de novos fiéis, recurso que embora já existente no pentecostalismo clássico, não era tão elaborado e arquitetado. Este processo demarca então o surgimento de uma nova era através da expansão desenfreada das igrejas evangélicas: a terceira onda do pentecostalismo, marcando o advento do neopentecostalismo, o qual surge através da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada em 1977 pelo então pastor Edir Macedo, tornando-se protagonista desta estratégia, influenciando as demais instituições:

A Igreja Universal do Reino de Deus (1977) nasceu com grande influência da Igreja Nova Vida, se tornando a pioneira do uso de recursos midiáticos. Devido ao seu grande crescimento, a ampliação do uso de rádio e posteriormente o de canais de TV com a abrangência nacional, possibilitou a integração do fiel que não podia estar de corpo presente nos templos de oração. Os impactos do uso desses instrumentos colaboraram para o aumento de números de crentes da Igreja Universal, possibilitando a expansão da construção de templos e ampliação dos meios de comunicação. As outras igrejas, frente ao crescimento exponencial da IURD, seguiram o mesmo protocolo, passando assim, a comprar espaços nos canais de televisão, rádios e propagandas enaltecendo Deus como a chave do sucesso. A igreja Assembleia, oriunda do pentecostalismo clássico, aos poucos começa a adotar as características das igrejas neopentecostais como: Sara Nossa Terra (1980), Renascer em Cristo (1986) e Igreja Universal do Reino de Deus. Gradativamente a Assembleia de Deus vai introduzindo aspectos midiáticos em sua abordagem com seus fiéis, a fim de alcançar o sucesso que a Igreja Universal do Reino de Deus conquistou. A escolha de adotar novos meios para obter o aumento do número de fiéis obteve sucesso, a construção de novos templos e a ampliação de recursos de acessos para atingir novos fiéis possibilitaram um maior reconhecimento por parte da comunidade evangélica. (OLIVEIRA, 2016, p. 1546).

Importante lembrar que o período citado era o auge da ditadura empresarial-militar no Brasil, em um momento de fomento da indústria fonográfica no país, contraditoriamente combinado com a censura de imprensa e civis, elementos que podem ter contribuído para beneficiar essa expansão neopentecostal em termos de comunicação e adesão de novos adeptos. Outra relação que é possível estabelecer neste período de ditadura, relaciona-se às missões religiosas de igrejas protestantes dos Estados Unidos nos pontos mais ricos da Amazônia com o aval dos governos militares, o que segundo o extraordinário, inspirador e amado Eduardo Galeano, resultaram na difusão em grande escala de “diversos contraceptivos, como o dispositivo intrauterino” de mulheres brasileiras locais (GALEANO, Eduardo, p. 134, 2010), além de ensinar inglês aos índios catequizados e ter suas áreas cercadas.

Não é demais lembrar que a Amazônia é a zona de maior extensão entre todos os desertos do planeta habitáveis pelo homem. O controle da natalidade foi posto em prática nesse grandioso espaço vazio para evitar a concorrência demográfica dos raríssimos brasileiros que, em remotos rincões da floresta ou das imensas planícies, vivem e se reproduzem. (GALEANO, p. 134, 2010).

Portanto, é preciso destacar o interesse econômico dos Estados Unidos no segundo exemplo, o qual fez uso das atividades religiosas para fins pecuniários, nada inédito no país e no mundo, salvo suas particularidades. O primeiro exemplo, ou seja, a influência estadunidense sobre a construção pentecostal e sobre sua fragmentação no Brasil, carece de maiores aprofundamentos, tanto em relação ao fomento bibliográfico sobre o tema, quanto a necessidade de investigação do pentecostalismo estadunidense em termos históricos, elemento importante, mas não pertinente para o trabalho atual. Reforçando que tanto o pentecostalismo quanto sua fragmentação foram influenciados pelas igrejas estadunidenses a partir de suas implantações em diversos pontos do Brasil, resultando no neopentecostalismo, este reconfigurou a identidade dos fiéis, tornando lícitas algumas doutrinas que antes não eram permitidas em relação às vestimentas, vaidade e também aos meios de comunicação, anteriormente restritas, como indica Oliveira (2016, p. 1548). O cristão neopentecostal assimilou que as questões que antes eram relativas e exclusivas ao mundanismo passaram a fazer parte de sua vida, que ele precisava exercer sua fé para além dos muros da igreja e se posicionar sobre assuntos que antes não eram debatidos amplamente pela igreja, como homo afetividade, aborto, legalização das drogas, etc. “O arcabouço ideológico do neopentecostalismo foi capaz de mudar a identidade do homem

cristão, transformando-o em intolerante, autoritário e fundamentalista, se utilizando da fé para propagar preconceitos. (OLIVEIRA, 2016, p. 1548).

Um dos elementos que adquiriu ênfase no processo neopentecostal brasileiro, sob protagonismo da IURD, foi o resgate da Teologia da Prosperidade, categoria religiosa surgida nos Estados Unidos, durante o século XIX. A retomada deste elemento sob nova roupagem foi realizada através de pregações nos templos, que evidenciavam as riquezas materiais como sinônimo de benção, concepção que perdura até os dias atuais. Ademais, os discursos proferidos por esses líderes religiosos, reforçavam e reforçam que a fé é o único meio de ser bem sucedido em todas as áreas, sobretudo a financeira, devendo o cristão para isso “orar, jejuar, dar dízimos, comprar livros e até mesmo votar em candidatos que representam os homens de Deus na política”. (OLIVEIRA, 2016, p. 1549). É a partir da reflexão deste último elemento que o movimento de secularização dos ideais neopentecostais passa a penetrar espaços de interesse público, como a política.

É interessante notar como tais instituições religiosas foram capazes de utilizar a conjuntura ao seu favor, já que se beneficiaram de dois períodos antagônicos do cenário político brasileiro: a ditadura empresarial-militar e o processo de reabertura democrática. Cabe refletir que muito provavelmente isto se relaciona com o fato de tais instituições terem sido de certa forma influenciadas por elementos ideológicos estadunidenses, ainda que indiretamente, não encontrando resistência no Brasil, sobretudo no contexto da Guerra Fria.

A inserção dos evangélicos no exercício político brasileiro data dos anos 1980, período de grande agitação política e social devido ao processo de reabertura democrática e mobilização em torno da constituinte. Segundo Almeida, essa inserção deu-se, entre outros motivos, pelo interesse em “canalização de recursos para a rede religiosa (isenção de impostos e concessões de meios de comunicação)” (ALMEIDA, 2017, p. 17-18), sendo atendidos através da primeira concessão de rádio para a IURD em 1984 e da imunidade tributária para entidades religiosas prevista na Constituição de 1988. Outra explicação para essa inserção, segundo Vital, indica que

Segundo alguns dos estudiosos da presença dos evangélicos na política nacional, os pentecostais entraram na política insuflados pelo temor de que a Igreja Católica buscasse ampliar seus privilégios junto ao Estado brasileiro na Constituinte de 1988. Mas não só os pentecostais se organizaram nessa direção, também os Batistas despontaram nesse contexto, preocupados em defender a separação entre a Igreja e o Estado, [e] o respeito às liberdades e aos direitos humanos. (VITAL, 2013, p. 41).

Foi neste período que a produção evangélica televisiva se tornou independente e começou a adquirir relevância nacional e, conforme Vital acrescenta, “em 1989 a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi então, a primeira denominação evangélica a ser proprietária de uma televisão com cobertura nacional”. (VITAL, 2013, p. 35).

Em consonância ao apontamento de Lopes (2013), o período de notáveis agitações políticas na década de 1980, sobretudo no ano que marcou a retomada democrática em 1985, que revogou o AI 05, deu voz a diversos grupos sociais que buscavam concretizar seus direitos civis, entre eles, os protestantes, que precisaram mudar o discurso dos anos 1970 para se inserirem no cenário político (LOPES, 2013, p. 45). A autora reitera que o ano de 1986 marca essa inserção de forma significativa por meio da bancada evangélica na constituinte, a qual demonstrou apoio ao então candidato à presidência, Fernando Collor. A autora demonstra que a partir das atividades em torno da Assembleia Constituinte em 1987, “foi possível identificar o exato momento em que se formalizou a criação da ‘Frente Parlamentar Evangélica’” (LOPES, 2013, p. 45), constituído inicialmente por 34 parlamentares evangélicos, 18 deles sendo pentecostais, segundo a autora.

Mesmo que de maneira tímida e reduzida, os evangélicos se organizaram em um Movimento Pró-Constituinte na maioria dos Estados brasileiros. Houve candidaturas oficiais por denominações pentecostais que significou o maior grau de representação evangélica no Congresso Nacional até então. Em 1989, o maciço apoio à candidatura de Fernando Collor de Melo à presidência, significou um intenso engajamento político não visto anteriormente. De acordo com Freston (2006) “os evangélicos decidiram a eleição presidencial de 1989. (FRESTON, 2006, p. 200 apud LOPES, 2013, p. 45)

Desde então, os evangélicos “ascenderam demograficamente e produziram seus canais políticos no Legislativo e no Executivo, mas em menor incidência no Judiciário”. (ALMEIDA, 2017, p. 7), sendo considerados decisivos para as eleições seguintes e avançando ferozmente sobre debates de natureza pública.

Eles têm demonstrado forte capacidade de indução do voto, mais do que qualquer outra religião no país. Se voto é confiança, o vínculo religioso entre candidato e eleitor a atesta. Assim, a via eleitoral permitiu acesso às elites políticas de religiosos com menos capitais econômico, cultural e social do que o necessário para a mobilidade no Poder Judiciário, cujo perfil é predominantemente elitizado, tradicional e católico. (ALMEIDA, 2017, p.7).

As décadas posteriores aos anos 1980 até o momento atual seguem sendo favoráveis aos interesses destes grupos, principalmente com a oficialização da Frente Parlamentar Evangélica em 2003 (FPE) e da Bancada Evangélica. Existe um debate sobre Frente Parlamentar Evangélica e Bancada evangélica serem consideradas a mesma coisa, mas Lopes traz uma diferenciação interessante: segundo ela, a “Bancada evangélica” “abarca um agrupamento partidário e a “Frente Parlamentar” compreende a reunião de um grupo de parlamentares de diversos partidos que lutam por uma causa em comum (como a ruralista, a empresarial, a sindical). (LOPES, 2013, p. 58). Para Almeida, a Bancada Evangélica “talvez seja a expressão mais acabada do sentido negativo que o termo “os evangélicos” adquiriu nas últimas décadas, qual seja: um conjunto de deputados “moralistas” que ameaçam a laicidade do Estado brasileiro”. (ALMEIDA, 2017, p. 6). As ações da FPE e Bancada Evangélica no cenário político têm demonstrado um acirramento da visão fundamentalista em pautas de caráter laico, tomando como exemplo representativo o pastor Silas Malafaia que

trabalha constantemente para que alguns de seus fiéis e aliados consigam adentrar em espaços que não faziam parte do crente. A Escola de Líderes Vitória em Cristo (ELASVEC) e o investimento na formação não é vão. Com sua influência na formação de opinião de seus fiéis, conseguiu grande influência na bancada evangélica na câmara que conta com 196 deputados evangélicos, sendo os partidos com o maior número de deputados evangélicos o PMDB e PSD. Os números explicam a intensa guerra que Silas Malafaia faz a alguns partidos que o mesmo acredita serem de esquerda como PT e PSOL incentivando o ódio a estes partidos na política. Um bom exemplo é o vídeo do pastor intitulado “Governo Dilma Burla Lei para destruir Família”, mostrando para o crente que o governo se coloca claramente contra um bem precioso para os cristãos que é a família tradicional. (OLIVEIRA, 2016, p. 1548).

A exemplo da IURD, outras denominações foram ocupando os espaços midiáticos massivamente nos anos 2000 e, a partir dessa difusão, foi ficando cada vez mais claro a postura política alinhada à direita (embora os evangélicos tenham apoiado a candidatura do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 com vistas a continuarem obtendo vantagens no espectro político e impondo condições) e as suas opiniões sobre diversos temas tidos como polêmicos, a exemplo do deputado federal e pastor da Catedral do Avivamento Marco Feliciano e do já mencionado, Silas Malafaia, pastor da Igreja Vitória em Cristo, que costuma misturar temas referente à fé e de debate político, sempre em tom agressivo e persuasivo.

Essas posturas expressam umas das características basilares dessa onda neopentecostal: o fundamentalismo religioso, postura ideológica que trata todas as questões de natureza pública e privada sob o prisma do viés religioso, embora, segundo Almeida, no Brasil esse termo não seja bem aceito pelos protestantes.

É incomum evangélicos brasileiros identificarem-se como fundamentalistas; o que não se passa nos EUA, onde é possível encontrar de maneira expressiva essa autodeclaração. No Brasil, os sentidos para os quais o termo remete têm como referência, em boa medida, o temor do terrorismo islâmico e a preocupação com o moralismo do protestantismo norte-americano, que é o berço teológico e eclesial dos evangélicos brasileiros. (ALMEIDA, 2017, p. 4).

Contudo, Almeida pontua que a eleição do sobrinho do Edir Macedo, Marcelo Crivella, para prefeito do Rio de Janeiro foi comemorada em tom quase apocalíptico, registrando expressões como a “Universal chegou ao poder” (ALMEIDA, 2017, p. 20), interpretada por muitos como um destaque importante para a expansão do fundamentalismo religioso no Brasil, combinado a uma série de ataques de parcelas deste segmento através de sua participação política, como a luta contra a descriminalização do aborto, contra as pautas feministas, contra os direitos da população LGBTQIA+, o discurso anti-vacina, a ausência de apoio ao isolamento social, etc.

As últimas décadas assinalaram a crescente expansão destas instituições em todo o Brasil, não apenas em relação à expressividade numérica e diversidade denominacionais, mas em número de adeptos e políticos atuantes na Bancada Evangélica e na FPE. Um exemplo são os dados mais recentes da Bancada Evangélica no site Congresso em Foco, que registra esse crescimento: “Em 1994, eram 21 deputados federais evangélicos, hoje já são 105 deputados e 15 senadores, o que equivale a 20% do Congresso”⁸. (Congresso em Foco, 2020, s/n). Em relação à Frente Parlamentar Evangélica, as últimas atualizações da Câmara dos Deputados registram 179 deputados e 7 senadores ativos.⁹

A interferência política deste segmento nos dias atuais ultrapassa sua participação no Congresso, sendo capaz de influenciar pessoas valendo-se de discursos autoritários, negacionistas, baseados em fake news e que fomentam a intolerância religiosa, a exemplo

⁸ Ver mais em <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/veja-qualis-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/>

⁹ Ver mais em <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>

da última eleição no Brasil, quando o apoio dos evangélicos foi considerado decisivo para que o presidente Jair Messias Bolsonaro vencesse, o qual se valeu de discursos apelativos para as camadas mais conservadoras da sociedade e fundamentalistas religiosos, incluindo também alas da igreja católica.

Segundo Almeida (2017), a conjuntura atual retoma e renova o conservadorismo moral e religioso, denominada enquanto “onda conservadora” que se estabelece através de quatro linhas de força: no vetor econômico, esse conservadorismo pode ser definido como meritocrático e empreendedor, pois de forma resumida, celebra o “esforço e o mérito individuais, e opõe-se, por exemplo, a políticas públicas e sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família dos governos Lula e Dilma” (ALMEIDA, 2017, p. 13); no vetor moral, define-se enquanto moralmente reguladora ao disputar a moralidade em temas de reprodução da vida e no âmbito familiar, embora não apenas no contexto privado mas também público, defendendo essa proteção moral na ordem legal brasileira (ALMEIDA, 2017, p. 18). No vetor securitário, Almeida define esse conservadorismo como repressivo e punitivo, pois apontam para um apoio à postura coercitiva dos aparelhos de segurança do Estado para lidar, entre outros temas, com a “redução da maioria penal, a lei do desarmamento, a lei antiterror, a política de encarceramento, a militarização de parcela da gestão pública” (ALMEIDA, 2017, p. 21); e no vetor interacional, é considerado socialmente intolerante, uma vez que o discurso pentecostal aponta limitações à diversidade moral-comportamental ao reproduzir frases como: “Amar o homossexual, mas ter repulsa ao homossexualismo” (ALMEIDA, 2017, p. 24), para além da intolerância contra religiões de matrizes africanas, organizações políticas e coletivas de esquerda, entre outros.

O atual contexto político no Brasil apenas renova uma relação já existente na história da humanidade, mas sob o protagonismo inédito das instituições de origem protestante. Dentre outros elementos que carecem de atenção para esta análise, citamos a postura de tais instituições na reprodução econômica capitalista, com especial destaque ao alinhamento à lógica neoliberal, criando estratégias de conformação societária, sobretudo para a parcela mais desfavorecida da população, objeto de análise do próximo subtópico.

3.2 Neoliberalismo e sua relação com o neopentecostalismo

O presente tópico pretende estabelecer relações entre a experiência neoliberal atualmente vivenciada no Brasil e elementos do neopentecostalismo, apontando alguns desdobramentos desta imbricação para a classe trabalhadora e seus direitos.

Nos dias atuais, a expressão “liberal na economia e conservador nos costumes” tem se tornado um jargão que identifica e até norteia os posicionamentos ideológicos em caráter hegemônico do segmento evangélico, apontando para um ideário societário que corrobora com a lógica capitalista, no caso do Brasil, tardio e periférico. As pesquisas bibliográficas aqui utilizadas que se debruçam sobre a investigação das relações entre política e religião no cenário nacional vigente, compreendem uma relação imbricada entre neoliberalismo e neopentecostalismo, embora tal relação não seja exclusiva a este movimento de raiz protestante na atualidade. A fim de estabelecer conexões, serão resgatadas algumas noções elementares que abarcam a concepção neoliberal.

No início dos anos 1990 o Brasil passou a experimentar as consequências da crise ocorrida nos anos 1970 e que colocou em xeque a manutenção do Estado de Bem- Estar social na Europa e nos Estados Unidos. Em nome da estabilidade econômica para superar a crise, o Consenso de Washington foi determinante para legitimar e alastrar sobre muitos países, inclusive na América Latina, sob a reconfiguração do Estado, (embora não se possa afirmar que em nosso país tenhamos vivenciado um Estado de Bem-Estar social) iniciando no Brasil uma nova fase do capitalismo ainda mais dependente, a partir da adesão do então presidente Fernando Collor, através de reformas neoliberais e políticas de ajustes.

Behring defende que essa "nova" reestruturação econômica, em caráter permanente de ajuste fiscal, aprofunda as desigualdades já existentes no país, sobretudo no contexto da crise financeira de 2008 (BEHRING, 2020, p. 104). A autora sustenta que se no contexto dos anos 1980 vivenciamos significativos avanços para a sociedade brasileira, como a estruturação da Seguridade Social e a Constituição de 1988, além do fortalecimento de movimentos sociais, claro, com seus limites, a partir dos anos 1990 nós vamos assistir atônitos a alguns ataques denominados de “reformas” que vão dar início ao motor neoliberal, configurando muitos retrocessos para a classe trabalhadora, a exemplo do Plano Diretor de Reforma do Estado (1995), fomentando a lógica das parcerias público-privadas (PPP), as contrarreformas da previdência, dentre outras (BEHRING et al, 2020, p. 104).

A importância da compreensão no que tange à implementação neoliberal no país requer espaço para a análise de Brettas (2017), que traz elementos significativos e até mesmo atuais para se pensar este processo. Para a autora, alguns desdobramentos que têm sido reclamados como intrínsecos ao modelo neoliberal, já estavam presentes nas políticas sociais do país, como a fragmentação, a focalização e a privatização (BRETTAS, 2017, p. 62). Segundo a mesma, é possível refletir os desdobramentos do neoliberalismo a partir da centralidade da “financeirização e pela forma que se dá a apropriação do fundo público, a qual mantém relação com a criação de mecanismos para transferir valores arrecadados pelo Estado para as mãos do grande capital nacional e estrangeiro”. (BRETTAS, 2017, p. 62). Para além desta questão, outra análise que é importante ressaltar, é a importância das lutas das classes trabalhadoras neste processo, visto que neste debate muitos autores compreendem o processo neoliberal como subsequente às lutas postas anteriormente e durante o processo de redemocratização, como uma avalanche potente que desmonta todos os direitos conquistados. A importância deste apontamento reside no fato de que essa implementação foi posta em marcha deparando-se com as especificidades históricas do país, incluindo os avanços democráticos à época e um cenário de ausência de um estado de Bem-Estar social.

Não podemos desconsiderar os limites trazidos pela luta de classes para a implementação deste projeto de restauração burguesa. O neoliberalismo não se deu por uma aplicação direta e mecânica de um receituário vindo de fora. Ele esbarrou em lutas e resistências da classe trabalhadora que, apesar de ter sentido fortemente uma desarticulação, havia resultado em uma Constituição Federal com definições que não puderam ser ignoradas e foram, de alguma maneira, implementadas (BRETTAS, 2017, p. 62).

Em um contexto mais atual, nós temos o exemplo da contrarreforma da previdência, que segundo Iamamoto, penaliza os trabalhadores com o aumento do valor de suas contribuições; a limitação de gastos públicos durante vinte anos, contrariando a constituição; a onda de privatizações (desde os anos 1990) e que nos dias atuais ameaçam o alcance ao SUS e universidades públicas (IAMAMOTO, 2017, p. 17), além da Reforma Trabalhista, que configura um grande golpe para a classe trabalhadora. Para Iamamoto, “As políticas anticrise de raiz liberal são partes de um projeto de classe destinadas a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos” (IAMAMOTO, 2017, p. 16). Em sua concepção, como consequência desta ofensiva neoliberal, “alarga-se a distância entre ricos e pobres, radicalizando as desigualdades

sociais e as lutas contra as mesmas, o que se refrata no cotidiano de contingentes majoritários das classes subalternas”. (IAMAMOTO, 2017, p. 16).

De acordo com Filgueiras (2006), o projeto neoliberal no Brasil encontra forte adesão entre a denominada classe média alta e novos ricos que rejeitam o Estado de Bem-Estar Social, uma vez que, ao não se entenderem como potenciais usuários, pagariam impostos por serviços que não utilizariam. (FILGUEIRAS, 2006, p. 185). Porém, embora o projeto neoliberal não contemple os interesses da classe trabalhadora, o seu discurso doutrinário de privatização tem sido disseminado e aderido amplamente por parcela significativa da população brasileira, seduzidos pela lógica que se opõe “contra os gastos excessivos do Estado e os privilégios dos funcionários públicos – evidenciando, assim, um novo domínio ideológico da burguesia no Brasil” (FILGUEIRAS, 2006, p. 185), que foi capaz de criar terreno propício para uma onda de ataques às conquistas da classe trabalhadora, ainda em curso, entre elas, a contrarreforma trabalhista, administrativa e da previdência social.

Entre os segmentos que corroboram e reproduzem massivamente os discursos doutrinários do projeto neoliberal, está uma parcela expressiva de representantes das igrejas evangélicas, em especial, as igrejas neopentecostais, que desde a sua origem, fizeram uma opção política pelo espectro da direita e têm sido essenciais ao contribuir para adesão da massa a um viés político e social enraizados no fundamentalismo religioso, como uma das formas de controle. Adiante, elencaremos alguns pontos que é possível estabelecer para a manutenção de uma relação entre neopentecostalismo e neoliberalismo, com base na análise da realidade concreta destas instituições.

A primeira relação que é possível estabelecer, é no que se refere ao crescimento dos evangélicos em razão do agravamento socioeconômico vivenciado no cenário neoliberal, visto que o perfil majoritário de seus adeptos são as classes menos desfavorecidas. Um outro padrão de explicação para o crescimento dos evangélicos volta-se para a deterioração do quadro socioeconômico do país. Segundo Fernandes et al (1998, p. 25), o “crescimento notável dos evangélicos decorre, sobretudo, de escolhas feitas pelos pobres”. (BOHN, 2004, p. 292 apud FERNANDES et al, 1998, p. 25). Em concordância com essa relação e ressaltando a estratégia da teologia da prosperidade, Lemos aponta que a partir da fundação da IURD começou a ser gestado no país

um novo recinto de compreensão da salvação divina, recinto este, alicerçado a máxima capitalista: acumulação financeira e de patrimônios sem limites.

Mas é, sobretudo, na esteira das reformas neoliberais que recaíram dos países centrais para o Brasil, que esse empreendimento foi estimulado com maior vigor (LEMOS, 2017, p. 86).

Uma questão que se levanta a partir disso é: como isso é possível que as igrejas mantenham essa postura frente aos ataques de tantos direitos da classe trabalhadora pela ofensiva neoliberal? Como é possível que não haja resistência por parte de seus adeptos, visto que o perfil dominante destes é composto pelos menos desfavorecidos?

Fernandes et al (1998) sugere que a estratégia de recrutar pessoas em situação de desvantagem em relação à escolaridade e à renda, foi um fator determinante para o sucesso de seduzi-las a partir de discursos apelativos em tais instituições durante muito tempo, embora mais atualmente haja novos adeptos com uma situação financeira menos difícil (FERNANDES et al, 1998, p. 9). Além disso, a teologia da prosperidade foi e tem sido outro recurso muito funcional que além de beneficiar as denominações em termos materiais, incute no ideário dos adeptos a valorização ideológica capitalista, a partir do consumo:

Evidentemente, o caminho percorrido pela Teoria da Prosperidade visa combinar as exigências da expansão do modo de produção capitalista. Para tanto, propaga-se a defesa da necessidade do fiel carecido de recursos materiais identificar-se com a classe social que corresponda ao desejo de consumo e vida próspera. Dentro desse ordenamento, a riqueza deve ser a visão de mundo do fiel. (LEMOS, 2017, p. 85)

Embora as igrejas neopentecostais brasileiras possuam suas particularidades históricas, elas são fruto de influência norte-americana e continuam reproduzindo elementos importados, como a teologia da prosperidade, o que resulta na possibilidade de alienação dos adeptos em relação a si, à sua situação enquanto latino-americano e em relação à exploração do seu país, fator bastante benéfico para a perpetuação imperialista:

A cultura norte-americana de consumo e prosperidade penetrou nos países subdesenvolvidos politicamente, socialmente e religiosamente, fazendo com que qualquer situação de penúria desses países tivesse como sugestão de solução, a vinculação às diretrizes propagadas pelos EUA e tão cara às classes mais pobres (LEMOS, 2017, p. 86).

Outro elemento que beneficia a adesão ideológica do neoliberalismo por parte sobretudo da população trabalhadora evangélica, é o discurso a favor do

empreendedorismo, recurso cada vez mais comum nas instituições neopentecostais que inclusive oferecem cursos preparatórios para essa finalidade, além de incentivar a utilização de bens de consumo pertencentes à classe burguesa: “os carros, investimentos e a valorização do empreendedorismo possuem até mesmo cultos específicos, com ofertas específicas para incentivar o crente a um novo estilo de vida” (OLIVEIRA, 2016, p. 1548).

Além da exigência do pagamento do dízimo, incide também a promoção de eventos voltados para a formação de empreendedores, de homens de negócio. Os fieis são orientados a deixarem de atuar como empregados de empresas para tornarem-se patrões. Estas práticas são testemunhadas frequentemente na mídia para atrair novos seguidores. (LEMOS, 2017, p. 86).

O fundamentalismo religioso é outra característica usual para a reprodução neoliberal, uma vez que fornece as bases para os elementos mencionados anteriormente. Tal concepção recrudescer a visão conservadora não somente na área social como também na área econômica, ao cumprir o papel de conformação do segmento mais pauperizado da população. Esta característica fortalece a perspectiva individualista das problemáticas que são inerentes ao modo de produção capitalista, enfraquecendo assim, as possibilidades de organização coletiva e reforçando a concepção meritocrática, caindo como uma luva neste processo de reconfiguração estatal e retirada dos direitos, além de conformar as pessoas das injustiças sociais como o discurso de aprovação divina e promessas celestiais em troca de obediência às autoridades religiosas e políticas que vão ao encontro de um perfil nos moldes idealizados por eles. Além disso, é positivo socialmente falando para o sistema capitalista ao contribuir para uma postura de condenação aos segmentos progressistas, dificultando uma adesão às lutas dos movimentos sociais pelos direitos ameaçados uma vez que

As opiniões no âmbito social e político seguem uma linha conservadora com um maior caráter fundamentalista, sendo cada vez mais intolerantes com homossexuais, religiões afros e comunistas sempre se utilizando da bíblia para pautar os preconceitos. A igreja não só cria pessoas intolerantes, mas potencializa a intolerância de seus fiéis se pautando em uma verdade universal inexistente. (OLIVEIRA, 2016, p. 1550).

Um último aspecto observado como positivamente operante para o neoliberalismo é o fomento de iniciativas caritativas em diversas áreas pelas instituições religiosas, sobretudo em um contexto de sucateamento para a área da assistência social. Este elemento corrobora com a lógica filantrópica em detrimento da concepção de direito,

fortalecendo a ideologia das contrarreformas em curso. Um exemplo representativo disto foi a campanha do ex prefeito Marcelo Crivella, que usava como slogan a frase “cuidar das pessoas” como tom de sua campanha, conforme aponta Pastorini et al (2018, p. 241). Este aspecto também abrange as ações de capelania, atualmente protagonizadas em peso pelo segmento evangélico, que apesar de ser um direito de assistência religiosa prevista pela constituição, tem adquirido outras funções a partir de uma série de questões que envolvem o tema, como ausência de um órgão específico de regulamentação, fiscalização e produção de pesquisa sobre a área, uma formação efêmera e de qualidade duvidosa realizada por inúmeras instituições religiosas e a existência de muitas atuações com viés catequizador e não de assistência religiosa, ainda que não se possa generalizar. ENTRE

Por fim, pode-se considerar que muitos dos elementos acima descritos puderam encontrar possibilidade de reprodução através da gestão Crivella no Rio de Janeiro, numa espécie de ensaio do neoconservadorismo religioso através das iniciativas políticas, como por exemplo na “proibição de rodas de samba, limitação das verbas destinadas ao Carnaval, atos de intolerância religiosa, Censo Religioso na Guarda Municipal, etc.”. (PASTORINI et al, 2018, p. 242), para além da formalização de convênios com igrejas evangélicas utilização da máquina pública para nomeação de pessoas pertencentes à família e igreja, suprimindo assim, os limites existentes entre o laico e o confessional.

4. PROJETOS DE DISPUTA ATUAL NO SERVIÇO SOCIAL: PERSPECTIVA RELIGIOSA X PERSPECTIVA CRÍTICA

4.1 Neoconservadorismo religioso e Serviço Social

No capítulo anterior pôde-se verificar como a conjuntura vigente tem influenciado no recrudescimento de elementos conservadores e religiosos, os quais nunca deixaram de estar presentes na sociedade e nem no Serviço Social pós renovação. Como bem aponta Pinheiro (2015), a legitimação do Projeto Ético Político da profissão nos anos 1990 “não elimina as tensões, divergências e contradições, sempre haverá o confronto de ideais, parte da categoria propondo projetos divergentes, fundamentado em outra ótica para a profissão”. (PINHEIRO, 2015, p.201). É importante citar, portanto, que o pluralismo de ideias no interior da profissão e a liberdade como valor ético central são prerrogativas

garantidas no Código de Ética da profissão, contudo, não podem ser confundidas com ecletismo, caracterizado como “uma mescla de pontos de vista, de concepções filosóficas, de conceitos científicos, de valorações políticas, procedimentos em forma arbitrária, sem conciliação interna e sem compatibilidade”. (MUNHOZ, 1996, p. 104 apud SILVA, 2018, p. 60). Netto (1999, p.6) fortalece esta concepção quando afirma o aspecto negativo da “tolerância liberal” ao ecletismo, visando a importância do respeito às conquistas hegemônicas da categoria.

Esse ecletismo tem sido reivindicado de modo mais enérgico nos dias atuais por uma parte de profissionais da categoria que defendem um Serviço Social “livre do comunismo e do marxismo”, que em suas palavras, deve ser “libertário”, conforme será apresentado ao longo do trabalho. Contudo, antes será preciso abordar algumas questões que permeiam essa postura, como o neoconservadorismo religioso, o golpe contra a democracia no Brasil em 2016 e o papel midiático burguês a serviço do acirramento de desmontes dos direitos conquistados pela classe trabalhadora nas últimas décadas.

Pode-se apreender em algumas autoras e autores que discutem o conservadorismo atual, a sua relação a serviço da afirmação ideológica da lógica capitalista nos tempos atuais, conforme defendem Barroco (2015), Pinheiro (2015) e Santos et al (2019) em detrimento de conquistas importantes da e para a classe trabalhadora no contexto da reabertura democrática. Este novo conservadorismo, cunhado como moderno, ‘reatualizado’ ou neoconservadorismo, tem a função de fortalecer elementos tido como conservadores e moralistas nos aspectos sociais, econômicos, religiosos e políticos já existentes, legitimados e reproduzidos na história da formação social brasileira, acrescido das contradições postas pela luta de classes e das intervenções de caráter neoliberal. Para Pinheiro (2015), essa nova roupagem do conservadorismo apresenta-se como uma reação tanto dos problemas gerados pela crise estrutural do capitalismo em termos econômicos, quanto pelas conquistas trabalhistas, de gênero, de diversidade sexual, de raça, entre outras, pela classe trabalhadora. (PINHEIRO, 2015, p. 203). Para ele, o conservadorismo moderno relaciona-se

com o complexo ideológico oriundo das determinações do amadurecimento da hegemonia burguesa, que consubstancia elementos dispares para a naturalização da essência do modo de vida calcado na exploração do trabalho e nas opressões historicamente determinadas (PINHEIRO, 2015, p. 197).

Nos últimos anos, pressupostos neoliberais têm conseguido legitimidade ideológica entre a classe trabalhadora, como por exemplo o discurso da ineficiência dos serviços públicos e o fomento do empreendedorismo, em decorrência do processo de ataques econômicos que penalizam a classe subalterna, dia após dia. Barroco (2015) chama a atenção que tal discurso ganha ainda mais força em um país que preserva o discurso saudosista e moralista, como no caso do Brasil, sustentados por componentes intrínsecos à reprodução capitalista: a reificação, que obscurece as reais determinações de um país capitalista tardio e o irracionalismo, que fortalece o individualismo, dissimula as contradições planejadas para a manutenção da superexploração da força de trabalho e apropriação do acúmulo crescente do capital e naturaliza suas consequências (BARROCO, 2015, p. 624).

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais. A moral desempenha uma função de destaque no ideário conservador, sendo concebida como base fundante da sociabilidade e da política. (BARROCO, 2015, p. 624).

Para além da função ideológica, esse neoconservadorismo apresenta um apelo moral, estrategicamente disseminado e reproduzido pelos aparelhos midiáticos de caráter burguês, assim como os aparelhos coercitivos do Estado (a polícia, em especial a Polícia Militar) e por último, mas não menos importante, as instituições religiosas, sobretudo as evangélicas, com expressividade. Como fruto desse neoconservadorismo nos desdobramentos sociais recentes no Brasil, pode-se citar o fortalecimento dos discursos racistas, impregnados de preconceitos de classe e de ódio contra ideologias socioeconômicas opostas à lógica capitalista “fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes — no caso brasileiro —, um modo de ser mantido pelas nossas elites”. (BARROCO, 2015, p. 624). Outro desdobramento deste tom neoconservador foi o processo de militarização e coerção estatal de espaços periféricos, massivamente apoiado e perpetuado pelos aparelhos midiáticos em um tom de guerra permanente, onde as expressões da “questão social” voltam a ser tratadas de forma policialesca através de ocupações e de medidas punitivas que se estendem até o campo e lugares estratégicos da cidade, resultando no que a Barroco vai definir como ‘militarização da vida cotidiana’, reverberando em desocupações de moradias, aprisionamento e extermínio em massa com a desculpa de “guerra ao tráfico”, atingindo

prioritariamente, jovens negros e periféricos, pessoas em situação de rua, as mulheres e trabalhadores pobres. Para além destes exemplos, a autora cita o investimento técnico e econômico na área militar, o monitoramento das redes sociais através do Exército, o treinamento de agentes pelo FBI para enquadramento de manifestantes e tipificação das manifestações como atos de terrorismo. (BARROCO, 2015, p. 627). Em concordância com a conclusão de Barroco, estas medidas visam atender a

interesses econômicos e políticos das elites nacionais e internacionais. Além de visar o controle social, participa do processo de acumulação capitalista, favorecendo interesses de latifundiários, de indústrias de armamento e de segurança, de investimentos imobiliários, eliminando a população sobrando para o capital, disciplinando a força de trabalho para o mercado informal. (BARROCO, 2015, p. 629).

O tom moralizador, ideário constitutivo do neoconservadorismo, alimenta uma visão superficial e simplista, que nas palavras de Barroco, “divide o mundo entre bons e maus, entre corruptíveis e incorruptíveis, identificados socialmente em personagens promovidos pela mídia, a exemplo dos “incorruptíveis”” (BARROCO, 2015, p. 629). Dessa forma, a autora aponta uma inclinação da população aos apelos de resoluções fáceis para problemas que são colocados como problemas de ordem, fortalecendo assim, discursos que ameaçam a democracia, a exemplo da eleição de Jair Messias Bolsonaro.

Essa ofensiva neoconservadora no Brasil conta com o apoio ideológico de outro desdobramento dos fenômenos vivenciados: o fundamentalismo religioso, aspecto que compõe uma das nuances expressivas do neoconservadorismo religioso, sob protagonismo das instituições neopentecostais, embora não pertencente apenas a este movimento religioso. Os elementos do fundamentalismo religioso no Brasil já foram previamente discutidos, mas uma de suas funcionalidades para o capital é o combate moral e criminalização a todas as lutas e conquistas de caráter progressistas, também apontados por Barroco (2015), para além da defesa de uma solução “divina” que vá de acordo com as suas ideias, do contrário, são consideradas malignas, a exemplo do Partido dos Trabalhadores e o comunismo. De acordo com a lógica fundamentalista religiosa, o golpe “midiático e político-institucional atrelado ao avanço conservador e puramente neoliberal” (SANTOS et al, 2019, p. 743) o qual culminou no impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef, foi realizado em nome de Deus, assim como os ataques aos direitos sociais, a precarização e a flexibilização das relações trabalhistas postas em marcha através das contrarreformas recentes e o aprofundamento da pobreza generalizada

também aparentam ser medidas divinas, segundo disseminam os fundamentalistas que proíbem questionamentos, principalmente os que mercantilizam a fé e os que estão inseridos no cenário políticos, onde a maioria dos (políticos) evangélicos votam a favor de medidas que vão contra os interesses da população.

Todo este cenário descrito apresenta rebatimentos no Serviço Social, desde os impactos das condições trabalhistas do profissional enquanto trabalhador, incluindo tanto as dos retrocessos em curso que influenciam nas condições de trabalho, quanto em relação a operacionalização do tratamento conservador das expressões da “questão social” indo contra os princípios do nosso Projeto Ético Político, uma vez que no

exercício profissional, o Serviço Social é chamado a desempenhar tarefas policiais, nas desocupações truculentas de áreas de moradia, no deslocamento de moradores de rua e usuários de droga para lugar nenhum, na censura e no controle dos usuários, em especial nas instituições tradicionalmente conservadoras que envolvem de forma direta a moral e a família. (BARROCO, 2015, p. 633).

No que tange ao neoconservadorismo religioso, pode-se citar um tímido movimento, mas não a ponto de se ignorar em virtude da conjuntura, denominado “Serviço Social Libertário”, que atualmente concentra seus conteúdos em redes sociais e conta com seguidores que se declaram assistentes sociais e simpatizantes cristãos e conservadores. Este movimento questiona os princípios assegurados pelo Projeto Ético Político da categoria e defende uma contrarreforma política e social dentro da profissão que resultaria na “despolitização” da categoria, como se a neutralidade fosse isenta de lado político. Também defende a desvinculação teórica de referenciais marxistas, com apoio à centralidade teórica de Mary Richmond, cuja produção foi superada por um processo de construção coletiva protagonizado pelas entidades da categoria, condena a participação sindical e manifestações dos profissionais. Este movimento tem por base um documento denominado “23 Teses pela reforma do Serviço Social Brasileiro” desenvolvida pelo professor, e em suas palavras, assistente social, logoterapeuta, analista existencial, coach, mediador judicial e articulador central deste movimento, Edson Marques Oliveira, o qual acredita estar propondo um significativo e revolucionário documento para a profissão.

De forma geral, o autor propõe uma reforma do Serviço Social através do retorno às origens da profissão, que o autor compreende como uma origem ligada à religião,

questiona o perfil hegemônico profissional comprometido com o Projeto Ético-Político da profissão, propõe uma atuação meramente tecnicista e que dê margem para o exercício da religião durante a reprodução do trabalho e apoia, entre outros ataques de caráter neoliberal, a mercantilização da educação.

Embora o Movimento do Serviço Social Libertário ainda não possa ser considerado um movimento expressivo dentro da categoria, ele é um produto da conjuntura atual, que favorece o seu fortalecimento, cuja frase de impacto resume-se a: “Sou assistente social e não defendo projeto ético-político classista, com orientação societária comunista”. Pode-se constatar, portanto, a adesão de elementos de um discurso simplista e oriundo do senso comum, reproduzido pelos fundamentalistas religiosos atuais, os quais reivindicam a centralidade em referenciais confessionais para explicar as contradições existentes no mundo concreto. Outro ponto elementar, é no que se refere à defesa pela construção de uma sociedade que supere a ordem burguesa, garantido em nosso Código de Ética, à medida que a concepção hegemônica não abarca o discurso do capitalismo humanizado, inconsistente com a reprodução da própria dinâmica capitalista, voltada para criar condições de apropriação e acumulação de lucro cada vez maior e para lidar com suas crises estruturais, que penalizam direta e indiretamente a classe trabalhadora, os animais, a natureza, os recursos naturais e afetam as condições climáticas da terra. Ademais, a dinâmica capitalista compromete a possibilidade de emancipação humana, objetivo do projeto societário defendido projeto profissional hegemônico, ao passo que o conjunto de problemáticas inerentes a este modo de produção e caracterizadas de “questão social”, são objeto da nossa atuação profissional, devendo portanto, ser analisado de forma crítica, para uma leitura e interpretação da realidade de forma responsável e uma intervenção profissional investigativa, questionadora e efetiva para as nossas usuárias e usuários.

Portanto, pode-se compreender que este movimento contra hegemônico, conforme aponta Barroco (2015)ge, sustenta uma retórica que é funcional para o

empobrecimento da crítica, para a subjetivação da história e a naturalização das desigualdades, facilitando a transferência dos conflitos para o imaginário, fortalecendo a resignação e o pessimismo em face da realidade. Mas a incorporação do irracionalismo não decorre somente de opções ideológicas. São oriundas também da reprodução do senso comum, favorecida pela precarização das condições objetivas de trabalho, de aprendizado e de existência dos alunos e professores. Em face dos conflitos e das contradições que permeiam a vida profissional e por várias determinações que não se restringem às escolhas ideológicas dos profissionais, parte da categoria é

envolvida em apelos irracionalistas que apontam para soluções pragmáticas: modelos de ação, técnicas de autoajuda, regras de comportamento que prometem resolver imediatamente “problemas” individualizados, abstraídos da história e de suas determinações objetivas. (BARROCO, 2015, p. 633)

Outra questão pertinente para se pensar este debate de acordo com as contribuições de Pinheiro (2015), diz respeito aos elementos que envolvem a formação de estudantes de Serviço Social em conflito com seus princípios religiosos. Segundo o autor, após um trabalho de pesquisa que envolveu entre outras ações, entrevistas com docentes da área, “os debates e reflexões demonstram-se cada vez mais necessários, e a forma de fazê-los, mais desafiadora” (PINHEIRO, 2015, p. 213), ao passo que, entre outros elementos, pôde-se identificar reivindicações de liberdade de expressão acerca de temas como criminalização da homofobia, laicidade do Estado e aborto. (PINHEIRO, 2015, p. 213). É necessário pontuar que, conforme argumenta o autor, os valores religiosos de uma pessoa são um direito garantido por lei e que, portanto, nenhuma categoria coíbe a crença individual, sendo inclusive um direito citado pelo nosso Código de Ética, no entanto,

as discussões sobre os direcionamentos profissionais devem ser tomadas por argumentos que se estabeleçam na esfera circunscrita à profissão e ao conjunto de entidades e sujeitos que constroem o projeto profissional. Isso revela que a liberdade individual de crença é e deve ser garantida, mas nenhuma crença religiosa deve pautar a atuação de indivíduos ou grupos no exercício da profissão. Na disputa por essas concepções, a busca por direitos e a manutenção de privilégios de determinados grupos adensam um forte antagonismo. (PINHEIRO, 2015, p. 215).

Não se pretende abordar tal questão como inédita, obviamente, mas sim como pode ser tensionada e fortalecida a partir da atual conjuntura, sobretudo frente ao crescimento exacerbado de instituições de ensino privado, podendo comprometer a formação de qualidade, essencial para se pensar tais tensões para além da dimensão subjetiva. Pinheiro reflete sobre o neoconservadorismo imbricado ao fundamentalismo religioso que “se depara com velhos e novos modos de espraiamento e estabelecimento de suas manifestações” (PINHEIRO, 2015, p. 219) impacta diretamente a profissão frente à construção estereotipada do Serviço Social e os novos desafios que exigem um fortalecimento ético-político e das demais dimensões em direção ao fortalecimento crítico da profissão em um sentido emancipatório.

Sendo assim, é importante que a categoria incorpore em seus debates os elementos que permeiam o neoconservadorismo religioso e seus rebatimentos para a profissão, não no sentido de se esgotar nele, pois como alerta Barroco (2015), suas raízes dizem respeito a uma dimensão bem maior, requerendo um enfrentamento não só no interior da profissão, visto ser um problema que atinge a sociedade. Da mesma forma que a hegemonia do projeto ético-político da profissão foi um resultado de um processo de avanços de direitos sociais que permitiu o reordenamento do projeto profissional a um novo projeto societário, os projetos em disputa, notadamente conservadores, podem ser fortalecidos em uma conjuntura de retrocessos e despolitização.

Em um contexto como este, é preciso compreender os potenciais de luta e seus limites impostos, como o reconhecimento de que o neoconservadorismo vai para além da profissão, mas registra possibilidades, como o aprofundamento da crítica na categoria através de algumas estratégias coletivas indicadas por Barroco, como por exemplo:

criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência (conservadorismo); recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia. Assim, o enfrentamento do conservadorismo é parte de um enfrentamento maior, de combate a todas as formas de opressão, de alienação e exploração, no sentido da superação da barbárie, da emancipação humana e do socialismo. Somente com esse enfrentamento terá sentido afirmar: NÃO PASSARÃO! (BARROCO, 2015, p. 635)

Compreendendo a complexidade do fenômeno vivenciado, não se vislumbra outra forma de combate às disputas impostas, a não ser pelo fortalecimento dos princípios do projeto profissional hegemônico, a diferenciação entre ecletismo e pluralismo, a defesa da ciência, o apoio aos movimentos sociais, o aprofundamento do conhecimento histórico e a luta por uma formação qualificada e crítica, que somente são possíveis, a partir de um comprometimento com a emancipação societária e a superação da ordem burguesa, que quase em um jogo de causa e consequência, deve desnudar os interesses postos pelas expressões atuais de uma tensão que resume o cerne da questão: a luta de classes.

No próximo tópico, discutiremos os impactos dessa postura contra hegemônica para a reprodução de um ‘dever ser’ profissional.

4.2 Impactos do dever ser profissional religioso no Serviço Social atual

O presente tópico pretende apontar algumas reflexões acerca dos rebatimentos da perspectiva neoconservadora na profissão nos dias atuais, mais necessariamente, na concepção do dever ser profissional. As questões aqui levantadas tomarão como base algumas concepções já citadas de caráter contra hegemônico e como podem influenciar a postura profissional preconizada pelo projeto ético-político.

Para começar, é necessário reforçar a heterogeneidade ideológica dentro da categoria como um traço elementar, histórico da profissão. As tensões internas sempre estiveram presentes e tendem a serem acirradas à medida que um determinado tipo de projeto profissional se torna hegemônico, somado aos impasses conjunturais. Portanto, não se pretende tratar tais tensões como vicissitudes contemporâneas, mas sim considerar seus desdobramentos atuais e quais ameaças podem apresentar para o projeto basilar legitimado.

Retomando elementos para se pensar a lógica de uma intervenção profissional nos moldes do neoconservadorismo religioso, elencamos o irracionalismo, fruto de várias determinações, que segundo Barroco (2015), resulta em uma reprodução profissional centrada em soluções pragmáticas, como técnicas de autoajuda, modelos de ação previamente determinados e regras de comportamento (BARROCO, 2015, p. 633), enfraquecendo a potência do perfil profissional frente às requisições cotidianas na área. Desta forma, há um favorecimento de um perfil profissional imediatista, acrítico, tecnicista, moralista, reducionista e descomprometido com o arcabouço teórico, metodológico e ético de sua área. Por sua vez, esse perfil torna-se funcional frente à reestruturação produtiva e as reformas institucionais em curso sob uma diretriz neoliberal, ao passo que não pauta sua atuação sob a ótica da luta de classes e não questiona estruturas, apenas reproduz um saber tecnicista muitas vezes aliado a teorias ecléticas.

Outro desdobramento que pode ser citado a partir uma atuação aliada à concepção moralista e punitiva ao trato das expressões da “questão social” é uma postura frágil frente às requisições que não competem ao assistente social, incluindo até mesmo assédio moral no ambiente de trabalho, como na área sociojurídica:

São formas de assédio moral que visam à quebra do sigilo ou à execução de tarefas de responsabilidade da justiça, como oferecer provas à justiça por meio de depoimentos e práticas de mediação; entregar prontuários à justiça, denunciar ou elaborar relatórios sobre os usuários, fornecendo detalhes a

respeito de sua vida pessoal que podem ser usados para diversas formas de punição: desde a criminalização até a discriminação alimentada por preconceitos. (BARROCO, 2015, p. 633)

Um dever ser profissional que não coaduna sua atuação aos princípios hegemônicos já citados, fragiliza sua apreensão acerca de seus direitos, deveres, competências e atribuições, incidindo diretamente sobre o trabalho prestado e ao atendimento aos seus usuários, uma vez que não alcança a raiz do problema. Apesar de já existentes historicamente, as abordagens moralistas e reducionistas das problemáticas vivenciadas atualmente podem incorporar elementos contemporâneos do neoconservadorismo religioso que abarca tendências postas na ordem do dia, como o fundamentalismo religioso, que absorve discursos de cunho neoliberal, o empreendedorismo no trato social, e a defesa pelo ecletismo na profissão.

O compromisso social que a nossa categoria assume, sobretudo nos dias atuais, pode influenciar diretamente sobre a determinação da existência ou a morte de pessoas, a viabilização ou a negação de direitos, o fomento de políticas sociais ou a sua escassez, um serviço de qualidade comprometido com os interesses da classe trabalhadora ou a sua alienação, o enriquecimento profissional ou seu retrocesso, a acomodação dentro da ordem ou a luta pelo fortalecimento dos espaços democráticos e a emancipação humana.

Compreendendo o neoconservadorismo “como uma atualização do conservadorismo que existe desde a emergência do Serviço Social” (SILVA, 2018, p. 62) e suas implicações atuais, torna-se crucial que a categoria fomente estratégias de combate efetivo do neoconservadorismo no interior da profissão, lutando por uma formação qualificada e articulações profissionais através da

da produção de conhecimento no interior do Serviço Social, em que se reflete sobre o fazer profissional e a realidade contemporânea, negando teorias que reforcem o conservadorismo de outrora; das instâncias político-organizativas da profissão, como fóruns de deliberação, entidades, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), centros e diretórios acadêmicos das unidades de ensino, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), espaços onde se afirmam os compromissos e os princípios da profissão, requerendo ambientes democráticos de construção coletiva, que, como atentam Braz e Teixeira (2006), estão em permanente disputa pela hegemonia; e da dimensão jurídico-política da profissão, por meio do Código de Ética e Lei que Regulamenta a

Profissão de 1993 e das novas Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996. (PINHEIRO, 2015, p. 201).

Apesar de essencial, tais estratégias precisam estar articuladas a um movimento de expansão, precisam alcançar o resto da sociedade através da organização política já presente na profissão, em direção a reafirmar a imagem profissional legitimada e compartilhar sua função de mobilização social, uma vez que

a presença da corrente neoconservadora, bem como do Neoliberalismo, figura como aspecto que desmitifica os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, direitos estes que requerem da profissão uma posição de luta em função da consolidação dos mesmos. (SILVA, 2018, p. 63).

Ora, o esforço coletivo para um dever ser profissional com potencial transformador requer uma luta contínua e organizada frente a tantos desafios que o contexto atual impõe para o interior da profissão. Retomando alguns elementos presentes no trabalho em questão, faz parte desta luta a busca pela reafirmação da concepção crítica no que jaz ao surgimento da profissão no Brasil, compreendo-a como uma requisição estatal frente aos desdobramentos e contradições de ordem capitalista e não como um amadurecimento das ações caritativas da igreja católica.

É certo que o pluralismo de ideias sobre diversos temas que abarcam a história da profissão é esperado, assim como em qualquer área. No entanto, uma concepção romantizada e sem articulações concretas com elementos cruciais da realidade para se pensar a história da profissão, tende a ser funcional aos discursos atuais que defendem a refilantropização da mesma e esvaziam todas as articulações societárias presentes e as lutas construídas, estratégia operante para a lógica neoconservadora econômica e religiosa. A mesma reflexão se estende para o processo de renovação da profissão, que nos discursos neoconservadores, tem sido compreendido como um processo de ruptura negativa com o viés idealmente religioso, moral. Tal sustentação discursiva impacta diretamente não só a formação, que somada ao processo de precarização educacional sob reprodução neoliberal enfraquece as possibilidades de reflexão crítica, mas gera impacto sobretudo na atuação, que a depender da concepção do dever ser profissional, resultará em uma intervenção emancipatória ou conformista, meramente tecnicista.

Para além de questões que remetem à historicidade da profissão, outro fator de extrema importância diz respeito ao trato profissional das expressões da “questão social”. Ainda em um resgate de elementos anteriormente trabalhados, a necessidade de apreensão crítica dos processos capitalistas, sobretudo a conjuntura neoliberal, reside no fato de que suas consequências têm acirrado as contradições impostas e que atingem não só o maior contingente populacional, que não têm outra maneira de sobrevivência a não ser vender sua força de trabalho a cada dia de modo mais deplorável, mas também tem colocado em xeque a existência animal e a biodiversidade. Netto (2012) compreende que neste processo, o Estado burguês aciona sua dimensão repressiva com a criação de um ambiente de guerra permanente para lidar com o caos que sua reprodução cria e tensiona socialmente, aliando a isso, estratégias de novo assistencialismo e nova filantropia:

De fato, à hipertrofia da dimensão/ação repressiva do Estado burguês conjuga-se outra dimensão, coesiva e legitimadora: o novo assistencialismo, a nova filantropia que satura as várias iniciativas — estatais, privadas e estatal/privadas, mediante as chamadas “parcerias público-privado” — que configuram as políticas sociais implementadas desde os anos 1980-90 para enfrentar o quadro da pauperização contemporânea, isto é, da “questão social”, “velha” e/ou “nova”. (NETTO, 2012, p. 428)

Portanto, um dever ser profissional que não incorpora reflexões críticas sobre o desenvolvimento capitalista e suas implicações societárias e para a categoria, tende a reproduzi-las e legitimá-las em sua atuação, afetando sobretudo, seus usuários. A gravidade de tal postura também compromete os avanços da categoria, pois uma reprodução profissional nos moldes do neoconservadorismo religioso, tende a ferir os princípios fundamentais registrados no projeto ético-político, como estabelecer critérios de cunho religioso para conceder ou não um benefício social, absorver funções que não lhe competem, atender prontamente a requisições institucionais sem uma análise crítica, naturalizar e individualizar as expressões da “questão social”, fazer uso das políticas sociais de forma burocratizada sem problematizar seus limites enquanto ações ínfimas do Estado sem intenção de mudança efetiva e sem confrontar a pobreza absoluta, ao contrário, compreendendo tais desigualdades como permissão divina e exercendo a resignação religiosa em âmbito profissional.

Longe de esgotar tal discussão neste apontamento introdutório, ressalta-se a importância de fomentarmos debates com a temática proposta e nos atentarmos ao fato

de que a mesma não se manifesta somente através de ações neopentecostais, mas também reatualiza e acirra concepções moralistas preexistentes no interior da categoria. A conjuntura incide diretamente sobre a profissão, e atualmente não tem registrado muitos avanços para a categoria.

Em um contexto de profundo retrocesso para nós, a classe trabalhadora, aqui já tão mencionado, a combinação entre neoliberalismo e neoconservadorismo tem gerado uma profusão fenomenológica de outros ‘neo’, conforme pode-se observar na era Bolsonaro, como o neofascismo e o neonazismo. Em um contexto onde o negacionismo científico e o irracionalismo ganham força, é urgente reforçarmos uma formação e atuação profissional que enfatize o papel dos seres humanos enquanto produtores de sua própria história, baseada em uma leitura de mundo que nos permita compreender as particularidades históricas, culturais, econômicas, sociais e políticas que nos atravessam, que nos permita questionar as ordens impostas, que nos propicie a dimensão da responsabilidade profissional, que incentive a formação continuada e que fortaleça as estratégias de luta coletiva junto à população, uma vez que no sistema capitalista, a história está determinada para uma reprodução societária e econômica mais do que digna para alguns em detrimento da exploração e miséria exacerbada para a maioria.

Por último, é importante assinalar que tais reflexões não pretendem questionar de modo algum o direito de exercício pessoal da religião, ao contrário, tal direito encontra-se inclusive registrado no Código de Ética do Assistente Social. Porém, este direito não deve extrapolar os limites pessoais e se fazer presente em âmbito profissional, muito menos ser considerada como base norteadora da atuação profissional, como propõem correntes contra hegemônicas.

A partir de todos os elementos aqui tratados, pode-se constatar que uma atuação profissional que incorpora os preceitos neoconservadores religiosos perde sua dimensão e capacidade de luta em uma perspectiva emancipatória e reafirma a concepção da religião como um mecanismo de controle social, ideal para conformação social e manutenção dos interesses capitalistas. Afinal, a história contemporânea brasileira tem registrado bastante êxito do segmento neopentecostal nesse aspecto, alicerçado em estratégias que acionam o fundamentalismo religioso, a teoria da prosperidade, o usufruto político, as ferramentas de comunicação com a massa, a angariação “santificada” de votos, as fake news e os

discursos de legitimação neoliberal que atendem aos interesses econômicos e sociais de uma única classe, a classe burguesa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu apresentar elementos de análise que pudessem relacionar a experiência do neoconservadorismo religioso e o Serviço Social em uma conjuntura de ofensiva da barbárie neoliberal no cenário atual. Para isso, realizou-se um esforço de pontuar as reflexões de viés crítico no que dizem respeito à historicidade e desenvolvimento do Serviço Social, da sociedade capitalista e seus desdobramentos no Brasil e dos elementos do conservadorismo religioso, com recorte para as igrejas neopentecostais. Pretendeu-se ainda, demonstrar como a conjuntura atual fortalece possibilidades de manifestação neoconservadora no interior do Serviço Social, assim como suas interpretações acerca de processos históricos e ações progressistas na área.

Desta forma, realizou-se um resgate histórico da profissão com vistas a reforçar a compreensão crítica deste processo, que compreende o surgimento do Serviço Social no Brasil através de uma requisição estatal no processo de aprofundamento da industrialização a partir de 1930 devido ao agravamento das problemáticas inerentes ao modo de produção capitalista e da organização da classe operária através do conflito capital-trabalho; e não como origem e evolução das ações assistencialistas da Igreja Católica, concepção superada pelas produções mais relevantes na área.

Da mesma forma, reforça-se uma atuação profissional que apresenta como objeto central as expressões da “questão social” (fome, pauperismo, violência, etc) sendo necessária uma intervenção que acione a compreensão crítica da realidade apresentada em um sentido de combate e de valorização da articulação coletiva para sua superação e não como uma permissão divina que necessite do esforço individual da pessoa em situação de vulnerabilidade social para sua própria mudança. Ademais, torna-se necessário enfatizar a importância do processo de intenção de ruptura da profissão com o conservadorismo enquanto um processo extremamente positivo enquanto um processo construído com e para a classe trabalhadora. Ao alinhar o projeto profissional a um projeto societário emancipatório, a categoria passa a assumir um compromisso com os interesses da classe trabalhadora, se reconhecendo como parte dela, antes de tudo. De modo

contrário, a interpretação conservadora nega os avanços sociais deste processo, essenciais como motor de apoio nos dias atuais, e a compreende como uma ruptura nociva para a manutenção de um Serviço Social que ao seu ver, se origina ligada à religião e assim deveria permanecer.

Procurando compreender o que é, como se manifesta e qual origem do neoconservadorismo, seu traço religioso e sua particularidade com a qual nos deparamos nos dias atuais, fez-se necessário constatar sua manifestação brasileira a partir dos fenômenos atuais que demonstram o protagonismo das instituições neopentecostais neste processo. Acrescidos de elementos específicos e das condições que o neoliberalismo propicia para seu fortalecimento, registra-se o acirramento das desigualdades a partir da lógica disseminada do Estado neoliberal para conter uma crise gestada na queda tendencial das taxas de lucro, o retrocesso dos direitos sociais conquistados, a valorização da meritocracia como saída para crise e a naturalização constante da precarização das condições de trabalho, cenário decisivo para a sobrevivência ou não da maioria populacional.

Portanto, embora o conservadorismo religioso não seja algo inédito e nem mesmo ausente na história da formação social brasileira e do próprio Serviço Social, apresenta características insólitas, fruto das determinações contemporâneas que favorecem o protagonismo das igrejas neopentecostais neste momento. Por essa razão, considerou-se de extrema importância realizar uma retomada histórica desde o surgimento de sua raiz protestante em terras brasileiras, como fruto da Reforma Protestante até os desdobramentos específicos desse segmento religioso no país, em um contexto histórico que não oferecia condições para ultrapassar em números e influência a religião católica.

Ainda que possa ter recebido influências externas, a exemplo do pentecostalismo clássico, advindo das vertentes evangélicas dos Estados Unidos, as condições históricas próprias do país, propiciaram a experiência da segunda onda pentecostal, que marcou uma fragmentação entre instituições pentecostais no que diz respeito à estratégias de comunicação com a massa. Tal processo, em duas décadas resultou na terceira onda do pentecostalismo, o neopentecostalismo, que através do pioneirismo da Igreja Universal do Reino de Deus, marcou o início da expansão desenfreada tanto em termos de alcance numérico através de ferramentas midiáticas quanto uma expansão que ultrapassou os muros da igreja e alcançou as áreas política e social, marcando um êxito que se estende e

se intensifica nos dias atuais, a exemplo da Bancada Evangélica e suas ações. Para além das ferramentas de comunicação, pode-se citar como primordial para consolidação das instituições neopentecostais, recursos apelativos como a “Teologia da Prosperidade”, o fundamentalismo religioso e o discurso meritocrático. Nos últimos anos, registra-se uma atuação cada vez mais eficaz em prol da implementação de uma agenda nos moldes do neoconservadorismo religioso, resultando na influência das instituições neopentecostais em experiências como: postura ideológica que trata todas as questões de natureza pública e privada sob o prisma do viés religioso, a exemplo de temas como descriminalização do aborto, pautas feministas, direitos da população LGBTQIA+ e mais recentemente, em um cenário de pandemia, o discurso anti-vacina e ausência de apoio ao isolamento social. A influência e articulação neopentecostal também foi decisiva para eleições de pessoas ligadas à manutenção de seus interesses, através da angariação “santificada” dos votos, a exemplo do ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella e do atual presidente, Jair Bolsonaro, sem esquecer que o ex-presidente Lula também obteve apoio expressivo deste segmento nas eleições de 2002.

De forma geral, adotamos a concepção de Almeida (2017) para classificar os quatro traços presentes nessa onda (neo)conservadora: no vetor econômico é meritocrática e empreendedora; no vetor moral, define-se enquanto moralmente reguladora; no vetor securitário, é repressiva e punitiva e no vetor interacional, é considerada socialmente intolerante. Importante reforçar que a leitura proposta da conjuntura atual não considera apenas os desdobramentos de caráter neopentecostal, ao contrário, consideramos que a experiência do neoconservadorismo só se afirma a partir da imbricação entre elementos do neopentecostalismo e neoliberalismo, pois embora possa se considerar que o processo de ditadura empresarial-militar de 1964 beneficiou o fenômeno do neopentecostalismo, a inserção política foi primordial para que ele pudesse se afirmar socialmente, resultando no êxito atual.

Dito isso, é neste cenário de fortalecimento e aprofundamento dos retrocessos sociais, do irracionalismo, do negacionismo, do fundamentalismo religioso, entre outras características produzidas pelo neoconservadorismo, que o Serviço Social nada contra a maré para continuar afirmando um Projeto Ético-Político comprometido com a emancipação humana e de superação da ordem burguesa. Comprometido com uma atuação ética e qualificada em defesa dos interesses da nossa classe, a classe trabalhadora.

A conjuntura atual apresenta desafios externos, mas também internos à profissão,

como o fortalecimento de movimentos contra hegemônicos conservadores dentro da categoria, como o Serviço Social libertário, que defende um atuação assistencialista, reducionista, acrítica, imediatista e religiosa, implicando em defesa de abordagens e referenciais teóricos já superados dentro da profissão, mas que estão ganhando novo fôlego, impactando diretamente em um dever ser profissional que vai contra os princípios preconizados pelo projeto profissional defendido pelas entidades da categoria. Compreende-se, portanto, que o fenômeno do neoconservadorismo apresenta impactos que se estendem à concepção do dever ser profissional, resultando em atuações citadas anteriormente que abrem margem para situações como entre outros, estabelecer critérios de cunho religioso para conceder ou não um benefício social, absorver funções que não lhe competem, atender prontamente a requisições institucionais sem uma análise crítica, naturalizar e individualizar as expressões da “questão social”, fazer uso das políticas sociais de forma burocratizada sem problematizar seus limites enquanto ações ínfimas do Estado sem intenção de mudança efetiva e sem confrontar a pobreza absoluta, ao contrário, compreendendo tais desigualdades como permissão divina e exercendo a resignação religiosa em âmbito profissional, simbolizando uma perda gigantesca para a pessoa atendida.

A partir disso, avaliamos que o neoconservadorismo tem potencial para resultar em consequências destrutivas para a classe trabalhadora e conseqüentemente para o Serviço Social e outras categorias profissionais cujo projeto profissional coincide com o nosso. Portanto, é necessário debater, produzir e combater este fenômeno através da formação de qualidade e continuada, através da democratização da informação, de revisitação do Projeto Ético-Político, de estratégias coletivas e racionais junto à população em combate a toda forma de opressão, de ações antidemocráticas e anticientíficas, intolerância, preconceito, alienação e contra uma reprodução social baseada no lucro acima da vida.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz. *80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo*. Serviço Social e Saúde. Scielo, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sdGtjJNHJQrfKn5zZKf4Sd/?lang=pt]

AGUIAR, Antônio Geraldo. *Serviço Social e Filosofia – das origens a Araxá*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1982.

ALBUQUERQUE, Alexandre. *Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK*. Espírito Santo: UFES, 2015. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf]

ALMEIDA, Ronaldo. *A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo*. DOSSIÊ CONSERVADORISMO, DIREITOS, MORALIDADES E VIOLÊNCIA. São Paulo: 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cr9ShrVJbCWsDHMrxTDM3wb/abstract/?lang=pt]

BARROCO, Maria Lucia. Não Passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Palestra 8º Seminário anual. Cortez, ed. São Paulo: 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?lang=pt&format=pdf]

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza e SOUZA, Giselle. *Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social*. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 103 – 121. Disponível em: [https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_8f992804cafa49fe8d87d1af095a9171.pdf]

BOHN, Simone. *Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. X, nº 2. 2004.

BRETTAS, Tatiana. CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL. Temporalis. Brasília. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Frentes Parlamentares. 2019. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010]

CARDOSO, André; MIRANDA, Fábio. *O crescimento pentecostal e os desafios para o campo popular*. 2020. Tricontinental. Disponível em: [https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-crescimento-pentecostal-e-os-desafios-para-o-campo-popular/]

CONGRESSO EM FOCO. *VEJA QUAIS DEPUTADOS E SENADORES FAZEM PARTE DA BANCADA EVANGÉLICA*. 2020. UOL. Disponível em:

[<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/>]

FERNANDES, Rubem et al. *Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política*. Mauad. 1998. Disponível em: [https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2021/01/novo_nascimento-compactado.pdf]

FILGUEIRAS, Luiz. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. Buenos Aires: CLACSO. 2006. Disponível em: [<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>]

LOPES, Noemi. *A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E SUA ATUAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS*. Universidade de Brasília. 2013. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7140/1/2013_NoemiAraujoLopes.pdf]

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. LPM. Montevideu: 2010. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/As-Veias-Abertas-da-America-Latina.pdf]

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE ÉTICA. *Coletânea: Códigos de Ética Profissional do(a) Assistente Social*. Recife: CTC, 2006

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 2006. 14 ed. Cortez Editora.

IAMAMOTO, Marilda. *80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão*. Cortez Editora. 2017. Disponível em: [<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qJzFVXRhjD6LzNSSXWzCvdR/?format=pdf&lang=pt>]

LEMOS, Carolyne. *Teologia da Prosperidade e Sua Expansão Pelo Mundo*. Reveleto. 2017.

LOPES, NOEMI. *A Frente Parlamentar Evangélica e Sua Atuação na Câmara dos Deputados*. Universidade de Brasília. 2013. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7140/1/2013_NoemiAraujoLopes.pdf]

MARINI, Ruy Mauro. *A crise do desenvolvimentismo. Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. 2010 Rio de Janeiro.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. *Cinco Notas A Propósito da “Questão Social”*. *Revista Temporalis*. ABEPSS. 2001. Disponível em

[https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf]

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós -64*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. *O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. *O Serviço Social e a tradição marxista*. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, v. 10, n. 30, 1989.

NETTO, José Paulo. *Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. n. 50.

OLIVEIRA, Kaliane. *DO ALTAR ÀS RUAS: UMA ANÁLISE DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NO BRASIL*. XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH Humanidades, Estado e desafios didático-científicos. Paraná: 2016. Disponível em: [<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/do-altar-s-ruas-uma-anlise-do-fundamentalismo-religioso-no-brasil-23711>]

OLIVEIRA, Edson. 23 TESES PELA REFORMA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Paraná. 2017. Disponível em: [<https://www.facebook.com/servicosocialibertario/posts/548535625490651/>]

PAIVA, Beatriz Augusto de, [et.al.]. *Reformulação do Código de Ética: Pressupostos históricos, teóricos e políticos*. In: BONETTI, Dilséa Adeodata (org.) [et. al.]. *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PASTORINI, Alejandra et al. *O Atendimento das Necessidades Sociais no Rio de Janeiro: retomada do conservadorismo religioso*. Revista Serviço Social em Perspectiva. Unimontes. 2018. Disponível em: [<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/981/1029>]

PINHEIRO, Paulo. *SERVIÇO SOCIAL, NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO E O DESAFIO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL*. Temporalis. Brasília: 2015. Disponível em: [<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9251>]

SANTOS, Alexandre et al. Apontamentos críticos sobre “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”. <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/23054/17520> Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro v. 29 n. 2 p. 739-762 2019

SILVA, Dayane. *NEOCONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: uma análise do lastro conservador na profissão*. Universidade Federal de Campina Grande. Paraíba: 2018. Disponível em: [<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/12270/DAYANE%20FERREIRA%20DA%20SILVA%20-%20TCC%20SERVI%20SOCIAL%202018%20.pdf%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>]

VITAL e LOPES. *Religião e Política uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Fundação Heinrich Böll & Instituto de estudos da Religião (ISER). 2013. Disponível em:
[https://br.boell.org/sites/default/files/publicacao_religiao_e_politica_chris_vital_e_paulo_victor_14mar_webfinal.pdf]